



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 11ª REGIÃO MILITAR
(Cmdo Mil Bsb/1960)
REGIÃO TENENTE-CORONEL LUIZ CRULS**

AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA A SELEÇÃO AO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO

Nº 04 – SSMR/11, DE 18 DE JULHO 2022

(SELEÇÃO DE OFICIAIS TÉCNICOS TEMPORÁRIOS – 2022/2023)

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Comandante da 11ª Região Militar (11ª RM), no uso de suas atribuições, divulga e estabelece normas específicas para a abertura das inscrições e a realização do processo seletivo, a fim de convocar profissionais de nível superior para o exercício de atividades técnicas especializadas no âmbito do Exército Brasileiro. Os convocados serão incorporados na condição de Aspirante a Oficial (salvo se o candidato for Oficial da Reserva de 2ª Classe não remunerada das Forças Armadas, inclusive das Forças Auxiliares), do Exército Brasileiro, situação em que será incorporado no posto em que se encontrar, nos termos da legislação a seguir, bem como das disposições contidas neste Aviso:

- Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988;
- Lei nº 2.552, de 3 de agosto de 1955 – Fixa a Composição da Reserva do Exército;
- Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 – Lei do Serviço Militar, retificada pela Lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965;
- Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 – Estatuto dos Militares;
- Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego nas Forças Armadas;
- Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, que altera a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares; a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, que dispõe sobre as pensões militares; a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 – Lei do Serviço Militar; a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, que dispõe sobre as promoções dos oficiais da ativa das

Forças Armadas; e a Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, que dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército e dá outras providências;

- Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969, Código Processual Penal Militar – CPPM.

- Decreto nº 57.654, de 20 de junho de 1966 – Regulamento da Lei do Serviço Militar, alterado pelo Decreto nº 58.759, de 28 de junho de 1966; Decreto nº 76.324, de 22 de setembro de 1975; Decreto nº 93.670, de 9 de dezembro de 1986; Decreto nº 627, de 7 de agosto de 1992; e Decreto nº 1.294, de 26 de outubro de 1994;

- Decreto nº 703, de 22 de dezembro de 1992, que altera as Instruções Gerais para a Inspeção de Saúde de Conscritos nas Forças Armadas (IGISC), aprovadas pelo Decreto nº 60.822, de 7 de junho de 1967, e alteradas pelo Decreto nº 63.078, de 5 de agosto de 1968;

- Decreto nº 4.502, de 9 de dezembro de 2002 – Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército – R 68;

- Decreto nº 8.160, de 18 de dezembro de 2013, que alterou o Decreto nº 4.502, de 9 de dezembro de 2002, que aprova o regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército – R-68;

- Portaria nº 052-Cmt Ex, de 6 de fevereiro de 2001 – Normas para o Controle do Exercício de Funções, que exigem Qualificação Profissional Regulamentada em Lei;

- Portaria nº 462-Gab Cmt Ex, de 21 de agosto de 2003 – Instruções Gerais para a Convocação, os Estágios, as Prorrogações de Tempo de Serviço, as Promoções e o Licenciamento dos Integrandos da Reserva de 2ª Classe – IG 10-68;

- Portaria nº 117 - COTER/C Ex, de 28 de outubro de 2021 – Manual de campanha EB70-MC-10.375 Treinamento Físico Militar, 5ª edição, 2021;

- Portaria nº 171-DGP, de 8 de julho de 2009 – Áreas e Habilitações Técnicas de Interesse do Exército, destinadas a Oficiais e Sargentos do Serviço Técnico Temporário – SvTT;

- Portaria nº 247-DGP, de 9 de outubro de 2009 – Normas Técnicas sobre Perícias Médicas no Exército;

- Portaria nº 081-DGP, de 30 de janeiro de 2012 – Diretriz Complementar para o Serviço Militar Temporário em Tempo de Paz;

- Portaria nº 046-DGP, de 27 de março de 2012 – Normas Técnicas para Inscrição, Seleção, Convocação, Distribuição e Prestação do Serviço Militar Temporário (EB30-N-30.009);

- Portaria nº 011-DGP, de 22 de janeiro de 2014, que altera dispositivo da Portaria nº 46, de 27 de março de 2012, que aprova as Normas Técnicas para Prestação de Serviço Militar Temporário,

alteradas pelas Portarias nº 133-DGP, de 29 JUN 10; nº 211-DGP, de 6 OUT 10; nº 067-DGP, de 11 MAIO 11; nº 181-DGP, de 5 DEZ 11; nº 067-DGP, de 30 ABR 12; e nº 102, de 30 ABR 15;

- Anexo K e Volume XIV das Normas Técnicas sobre Perícias Médicas no Exército – NTPMEx, aprovadas pela Portaria nº 306-DGP, de 13 de dezembro de 2017; e

- Resolução CNE/CES nº 01, de 6 de abril de 2018, que estabelece Normas para o Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A inscrição implicará aceitação irrestrita das normas publicadas e das condições estabelecidas neste Aviso de Convocação.

1.2 O(A) candidato(a) deverá ler atentamente as orientações contidas neste Aviso de Convocação, a fim de verificar se atende à totalidade das condições e dos requisitos para eventual investidura no cargo, sendo de sua exclusiva responsabilidade a observância dos prazos, e o correto preenchimento e a entrega da documentação solicitada, caso contrário, o(a) candidato(a) será eliminado(a) do processo seletivo.

1.3 Ter no máximo 40 (quarenta) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias na data de incorporação.

1.3.1 A idade-limite prevista no item anterior deverá ser respeitada por força do previsto na Lei nº 13.954/19, mesmo em caso de convocação à incorporação extemporânea, para enfrentamento de situações de emergência ou para contratação de Cadastro Reserva.

1.3.2 Os(As) candidatos(as) que forem convocados(as) para o Estágio do Serviço Técnico (EST) no Exército Brasileiro, pelo prazo determinado de 12 (doze) meses, poderão ter o tempo de serviço prorrogado por igual período, sucessivamente, até atingir o limite de 96 (noventa e seis) meses como militar, contabilizado em qualquer espécie de Serviço Militar nas Forças Armadas, seja contínuo ou não (inicial, estágio, dilação, prorrogação e outros), respeitada a idade-limite de 45 (quarenta e cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias.

1.4 O(A) candidato(a) deve, obrigatoriamente, possuir currículo na Plataforma *Lattes* (lattes.cnpq.br/) para se inscrever neste processo seletivo.

1.5 Na data da incorporação, o(a) candidato(a) não poderá ter 96 (noventa e seis) meses ou mais de efetivo serviço militar prestado às Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica), contabilizado em qualquer espécie de serviço, sejam contínuos ou não (inicial, estágios, dilação, prorrogações e outros).

1.5.1 O(A) candidato(a) deverá, obrigatoriamente, informar o tempo serviço prestado às Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), contabilizado em qualquer espécie de serviço, seja contínuo ou não (inicial, estágios, dilação, prorrogações e outros), conforme Anexo C.

1.6 O(A) candidato(a) deve, obrigatoriamente, lançar todas as informações constantes na Ficha de Inscrição na Plataforma *Lattes* (lattes.cnpq.br/).

1.7 Somente serão validados e receberão pontuação, os diplomas, os certificados, as declarações de graduação, os diplomas de pós-graduação, os cursos, os artigos científicos, os livros certificações de informática e a experiência profissional que tenham relação direta com a graduação, que constem na Ficha de Inscrição e no currículo do(a) candidato(a) disponível na Plataforma *Lattes* (lattes.cnpq.br/).

1.7.1 Para fins de pontuação, as informações lançadas na Ficha de Inscrição e no currículo do(a) candidato(a) disponível na Plataforma *Lattes*, precisam constar expressamente no currículo destacado no item 10.9.3.

1.8 O diploma de nível superior (e pós-graduação, se for o caso), que possibilitou a participação do(a) candidato(a) no processo, não receberá a pontuação no critério de habilitação mínima exigida. Para fins de pontuação, o(a) candidato(a) deverá recadastrar o(s) diplomas/certificados no campo destinado aos títulos.

2. REQUISITOS GERAIS PARA INCORPORAÇÃO NO EXÉRCITO BRASILEIRO

2.1 Ser voluntário(a).

2.2 Ser brasileiro nato (a) nato(a).

2.3 Ter no máximo 40 (quarenta) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias na data de incorporação, prevista para ocorrer em 1º FEV 23.

2.3.1 A idade-limite prevista no item anterior deverá ser respeitada por força do previsto na Lei nº 13.954/19, mesmo em caso de convocação à incorporação extemporânea, para enfrentamento de situações de emergência ou para contratação de Cadastro Reserva.

2.4 Os/As candidatos(as) serão convocados(as) para o Estágio de Serviço Técnico (EST) no Exército Brasileiro, pelo prazo determinado de 12 (doze) meses.

2.4.1 Ao término de 12 (doze) meses, os militares temporários julgados aptos, poderão ter o tempo de serviço prorrogado por igual período, sucessivamente, até atingir o limite de 96 (noventa e seis) meses, como militar, contabilizado em qualquer espécie de serviço em qualquer Força Armada, seja contínuo ou não (inicial, estágio, dilação, prorrogação e outros), respeitada a idade-limite de 45 (quarenta e cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias.

2.5 Na data da incorporação, o candidato não poderá ter 96 (noventa e seis) meses ou mais de efetivo serviço militar prestado às Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica), contabilizado em qualquer espécie de serviço, seja contínuo ou não (inicial, estágios, dilação, prorrogações e outros).

2.6 Ter concluído com aproveitamento (colado grau), curso de nível superior que o(a) habilite a exercer a profissão de nível superior, na área de atuação para a qual se inscreveu, sendo que deverá apresentar comprovante de experiência profissional conforme exigências do Anexo N, sob pena de eliminação do certame.

2.6.1 As instituições de ensino responsáveis pela graduação e pós-graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado) e os cursos devem ser reconhecidos oficialmente pelo Ministério da Educação – MEC, sob pena de eliminação do certame, quando se tratar de habilitação mínima exigida e, nos casos diversos, o certificado não receberá pontuação.

2.7 As instituições de ensino responsáveis pela pós-graduação *Lato Sensu*, especialização/MBA (exigida duração mínima de 360 horas) devem ser credenciadas junto ao MEC e cadastradas no Portal do e-MEC (emec.mec.gov.br) sob pena de eliminação do certame. Caso a pós-graduação seja habilitação mínima exigida e nos casos diversos, o certificado não receberá pontuação.

2.8 Estar em dia com suas obrigações perante:

2.8.1 a Justiça Eleitoral; e

2.8.2 o Serviço Militar.

2.9 Não ter sido nos últimos 5 (cinco) anos, na forma da legislação vigente:

2.9.1 condenado em processo criminal perante a justiça comum ou militar, seja na esfera estadual ou federal, transitado em julgado, contado o prazo a partir da data final do cumprimento da pena;

2.9.2 responsabilizado por ato lesivo ao patrimônio público, de qualquer esfera de governo, em processo disciplinar administrativo, do qual não caiba mais recurso, contado o prazo a partir da data final do cumprimento da sanção; e

2.9.3 caso o(a) candidato(a) esteja respondendo, antes da data prevista para a incorporação, o previsto nos itens 2.9.1 e 2.9.2, deverá informar tal fato por escrito ao Presidente da Comissão de Seleção Especial (CSE) com a devida Certidão de Objeto e Pé lavrada pela serventia judicial, na qual tramita a ação.

2.10 Possuir idoneidade moral, bons antecedentes e não exercer ou não ter exercido atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional, conforme o artigo 11 da Lei nº 6.880, de 1980, Estatuto dos Militares, a ser apurado por meio de averiguação da vida pregressa do(a) candidato(a).

2.11 Ter aptidão física e mental para o exercício das atividades a ser verificada por meio de inspeção de saúde e apresentação de exames complementares.

2.12 Se militar da ativa das Forças Armadas ou de Forças Auxiliares:

2.12.1 não estar cumprindo o Serviço Militar Inicial;

2.12.2 não ser militar de carreira ou estabilizado;

2.12.3 estar classificado, nos termos do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), no mínimo, no comportamento “Bom” ou em classificação equivalente da Força específica; e

2.12.4 apresentar parecer favorável, assinado pelo Comandante, Chefe ou Diretor da organização militar (OM), não sendo aceito documento assinado por outra autoridade Anexo J.

2.13 Se ex-integrante de qualquer uma das Forças Armadas ou de Forças Auxiliares:

2.13.1 não ter sido demitido ex officio, por ser declarado indigno ou incompatível para o oficialato, excluído ou licenciado a bem da disciplina, exceto em casos de reabilitação, amparados pelo artigo 134 do Código Penal Militar, Decreto-Lei nº 1001, de 21 de outubro de 1969; e

2.13.2 não ter sido considerado isento do Serviço Militar ou licenciado por incapacidade física ou mental definitiva (Incapaz C) ou definição equivalente da Força específica, e não ter sido julgado, em inspeção de saúde, incapaz definitivamente para o serviço do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar.

2.14 Residir no município onde será convocado(a) ou declarar estar comprometido(a) a mudar-se para o município de incorporação, por conta própria, caso venha a ser convocado(a), sem qualquer ônus para o Exército, conforme o Anexo E.

2.15 Obter aprovação em todas as etapas do presente processo seletivo.

2.16 Não possuir nenhum vínculo durante o tempo que permanecer no Exército, com qualquer cargo, emprego ou função pública, ainda que na Administração Pública indireta, exceto nos casos previstos na Constituição Federal de 1988, apresentando Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público Anexo G, com reconhecimento de firma em cartório, cujas informações são de inteira responsabilidade do(a) candidato(a).

2.17 Os/As candidatos(as) serão convocados(as) para o Estágio de Serviço Técnico (EST) no Exército Brasileiro, pelo prazo determinado de 12 (doze) meses.

2.17.1 Ao término de 12 (doze) meses, os militares temporários julgados aptos, poderão ter o tempo de serviço prorrogado por igual período, sucessivamente, até atingir o limite de 96 (noventa e seis) meses, como militar, contabilizado em qualquer espécie de Serviço Militar nas Forças Armadas, seja contínuo ou não (inicial, estágio, dilação, prorrogação e outros), respeitada a idade-limite de 45 (quarenta e cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias.

2.18 O(a) candidato(a), antes da sua incorporação, no período destinado às medidas administrativas será submetido a uma entrevista e uma visita médica na organização militar da primeira fase, do respectivo estágio. No caso de detecção de alguma alteração clínica, que comprometa a incorporação, o(a) candidato(a) poderá ser encaminhado(a) para Inspeção de Saúde em Grau de Recurso, por solicitação da Administração Militar, visando à ratificação ou retificação do parecer anteriormente emitido e demais providências decorrentes.

2.18.1 Se, durante a visita médica for detectada qualquer alteração clínica incompatível com as regras deste Aviso, o(a) candidato poderá ser eliminado(a) do processo seletivo.

2.19 Caso não exista candidato(a) inscrito(a) e/ou apto(a) a incorporar, no final do processo, em alguma das guarnições/cidades relacionadas no Anexo N, poderá ser chamado(a) candidato(a) de outra guarnição, voluntário(a) e apto(a) para ocupar a área vaga, seguindo os mesmos critérios previstos neste Aviso.

2.19.1 O chamamento para servir em guarnição/cidade diversa da qual o(a) candidato(a) se inscreveu, obedecerá o critério de classificação de pontuação geral da área, independente da Guarnição.

2.19.2 Caso o(a) candidato(a) de maior pontuação na área não seja voluntário(a), será chamado(a), o(a) subsequente, obedecendo à ordem classificatória de pontuação.

2.19.3 O chamamento previsto no subitem 2.19.1 ocorrerá por meio de publicação no sítio da 11ª Região Militar www.11rm.eb.mil.br.

2.20 Não ter sido, anteriormente, desligado(a) de curso ou estágio ministrado em estabelecimento militar por motivo disciplinar ou de conceito moral..

2.21 O(A) candidato(a) condenado(a) judicialmente, com sentença penal transitada em julgado, deverá apresentar a Certidão contendo sua reabilitação judicial, conforme o artigo 651 e parágrafos do Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969, Código Processual Penal Militar CPPM.

2.22 O(A) candidato(a) licenciado(a) a bem da disciplina ou excluído(a) das organizações militares, da ativa ou dos órgãos de formação de reserva deverá apresentar a Certidão contendo sua reabilitação, conforme o § 6º, do artigo 110, do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966, que regulamenta a lei do Serviço Militar (Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, retificada pela Lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965).

2.23 O(A) candidato(a), por ocasião da incorporação está impedido(a) de comerciar ou tomar parte na administração ou gerência de sociedade ou dela ser sócio ou participar, exceto como acionista ou quotista, em sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada, por força do previsto no artigo 29 do Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980.

2.24 O(A) candidato(a) deverá ter ciência de que se impõem a todos os integrantes do Exército Brasileiro, o sentimento do dever, o pundonor militar e o decoro da classe, com a observância dos seguintes preceitos de ética militar: amar a verdade e a responsabilidade como fundamento de dignidade pessoal; exercer, com autoridade, eficiência e probidade, as funções que lhe couberem em decorrência do cargo; respeitar a dignidade da pessoa humana; zelar pelo preparo próprio, moral, intelectual e físico e, também, pelo dos subordinados, tendo em vista o cumprimento da missão comum; praticar a camaradagem e desenvolver, permanentemente, o espírito de cooperação; cumprir seus deveres de cidadão; proceder de maneira ilibada na vida pública e na particular e cumprir seus deveres de cidadão.

2.25 Os(As) candidatos(as) convocados(as) serão incorporados(as) na condição de militares, indistintamente se do sexo masculino ou feminino, devendo além das atribuições inerentes a seus cargos, participar de atividades voltadas à consolidação do aprimoramento de suas qualificações militares, da hierarquia, da disciplina e de atributos da área afetiva próprios da carreira das armas. Além disso, deverão dedicar-se à Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional (CTTEP) ou documento equivalente. Os militares deverão dedicar-se à instrução, ao adestramento, ao serviço de escala de serviço e aos exercícios no terreno; à composição de comissões, manutenção da área, de materiais e equipamentos; às representações; e às atividades administrativas, como sindicância, fiscal de contrato, exame de pagamento, dentre outras, cujo desempenho caiba ao Cargo de Praça Especial (Aspirante a Oficial) e ao Oficial Subalterno (1º e 2º Tenente), nos termos da legislação vigente, em especial, ao artigo 13 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.

2.25.1 Os(As) candidatos(as) convocados(as) serão incorporados(as) na condição de Aspirante a Oficial Técnico Temporário (salvo se o(a) candidato(a) for Oficial da Reserva de 2ª Classe não remunerada das Forças Armadas, inclusive das Forças Auxiliares), situação em que será incorporado no posto em que se encontrar, nos termos da legislação vigente.

2.26 São características da profissão militar, às quais o(a) candidato(a), depois de incorporado(a), estará sujeito e das quais não poderá alegar desconhecimento: risco de vida, sujeição a preceitos rígidos de disciplina e hierarquia, dedicação exclusiva, disponibilidade permanente, vigor físico, proibição de participar de atividades políticas e mobilidade geográfica.

2.27 Salienta-se que, independente da profissão de natureza técnico-científica, uma vez incorporado às fileiras do Exército Brasileiro, o profissional passará a ostentar o status de militar e, nessa peculiar situação, poderá ser convocado para integrar missões operacionais, tanto em território nacional, quanto além de nossas fronteiras, as quais exigirão constante preparo físico, técnico e moral de todos os militares empregados.

3. DO PROCESSO SELETIVO

3.1 O processo seletivo visa à ocupação de cargos vagos em áreas de interesse da 11ª Região Militar, por candidatos(a) de ambos os sexos, que possuam formação de nível superior, reconhecida pelo Ministério da Educação e prevista no Anexo N, necessária para a aplicação dos conhecimentos técnico-profissionais, em funções específicas, bem como para a realização de atividades voltadas ao serviço ativo da Força Terrestre, como serviços de escala, instrução, composição de comissões, representações e outras, cujo desempenho caiba à praça especial (aspirante a oficial) e ao oficial subalterno (1º e 2º Tenente), em caráter temporário, de forma transitória e por tempo determinado, na área da 11ª Região Militar (estados de Goiás e Tocantins, Distrito Federal e região do Triângulo Mineiro) no ano de 2023.

3.1.1 A abertura de vagas estará condicionada ao licenciamento de militares temporários, por término de tempo de serviço, bem como ao limite orçamentário do Exército Brasileiro no ano de 2023.

3.2 O militar incorporado será remunerado de acordo com a Lei Federal nº 13.321, de 27 de julho de 2016.

3.3 O(A) candidato(a) inscrito(a) atestará sua submissão às exigências do presente Aviso, sendo todas as despesas decorrentes do processo seletivo de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a), não lhe assistindo direito a ressarcimento de qualquer natureza decorrente de insucesso no processo seletivo ou do não aproveitamento por falta de vagas.

3.4 Ao término de 12 (doze) meses, os militares temporários julgados aptos, poderão ter o tempo de serviço prorrogado por igual período, sucessivamente, até atingir o limite de 96 (noventa e seis) meses, como militar, contabilizado em qualquer espécie de serviço em qualquer Força Armada, seja contínuo ou não (inicial, estágio, dilação, prorrogação e outros), respeitada a idade-limite de 45 (quarenta e cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias.

3.5 O processo seletivo será coordenado pelo Comando da 11ª RM, por intermédio da Comissão de Seleção Especial (CSE).

3.6 Os(As) candidatos(as) de nível superior aprovados(as) em todas as etapas do processo seletivo, após a definição das vagas que serão disponibilizadas no Aviso de Convocação, serão incorporados(as) nas diversas organizações militares na situação de Aspirantes a Oficial Temporários ou no posto em que se encontrarem, quando Oficiais da Reserva de 2ª Classe (R/2).

3.7 O número de vagas para as áreas de atuação, constantes no Anexo N, será divulgado neste Aviso de Convocação, de acordo com as necessidades e as disponibilidades de vagas nas OM, dentro do efetivo das Forças Armadas estabelecido em lei.

3.8 A aprovação nas diversas etapas do processo seletivo assegurará apenas a expectativa de direito à incorporação no Exército Brasileiro, no ano de 2023, a qual é condicionada ao número de vagas divulgado neste Aviso de Convocação.

3.9 Em caso de igualdade na classificação dos(as) candidatos(as), ou seja, mesma pontuação na avaliação curricular, na mesma área de interesse da 11ª Região Militar, utilizar-se-ão os seguintes critérios de desempate para todas as fases, inclusive, para fins de incorporação, na ordem de prioridade abaixo estabelecida:

3.9.1 oficiais da ativa temporários;

3.9.2 oficiais da Reserva de 2ª Classe;

3.9.3 praças da ativa temporárias;

3.9.4 reservistas de 1ª categoria e

3.9.5 reservistas de 2ª categoria.

3.9.6 Dentro do universo citado nos subitens 3.9.1, 3.9.2, 3.9.3, 3.9.4 e 3.9.5, deve ser respeitada a precedência hierárquica.

3.9.7 Os civis não enquadrados nos subitens 3.9.1, 3.9.2, 3.9.3, 3.9.4 e 3.9.5, entre eles:

3.9.7.1 os de menor tempo de serviço público; e

3.9.7.2 os de maior idade.

3.10 Os portadores de Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI) serão convocados e incorporados, e os reservistas de 1ª e 2ª categorias serão convocados e reincorporados, todos como Aspirante à Oficial Técnico Temporário, sendo confirmados nessa graduação, após concluírem com aproveitamento o Estágio de Serviço Técnico (EST).

4. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

4.1 Etapa I:

4.1.1 inscrições (feitas pela internet);

4.1.2 avaliação curricular – realizada automaticamente pelo Sistema de Inscrição para o Serviço Militar Temporário (SISMIL), de acordo com as informações inseridas pelo(a) candidato(a) e

4.1.3 homologação das inscrições.

4.2 Etapa II:

4.2.1 entrega de currículos; e

4.2.2 validação da Avaliação Curricular.

4.3 Etapa III:

4.3.1 Inspeção de Saúde (IS).

4.4 Etapa IV:

4.4.1 Exame de Aptidão Física (EAF).

5. DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1 A taxa para a confirmação da inscrição do processo seletivo, para o Estágio de Serviço Técnico (EST), será de R\$ 80,00 (oitenta reais).

5.2 Não serão aceitos, para efeito de pagamento da taxa de inscrição, comprovantes de entrega de envelope nem comprovantes de agendamentos realizados por meio dos terminais de autoatendimento e/ou *internet banking*.

5.3 A Ficha de Inscrição do(a) candidato(a) estará disponível no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br e deverá ser impressa pelo(a) candidato(a).

5.4 Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para os casos previstos em lei e de acordo com o prescrito no item 7 do presente Aviso.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NESTE PROCESSO SELETIVO

6.1 A inscrição implica conhecimento e aceitação do disposto neste Aviso e em seus anexos, em relação aos quais, o(a) candidato(a) não poderá alegar desconhecimento, devendo certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a área de atuação constante do Anexo N.

6.2 A inscrição deverá ser realizada no endereço eletrônico da 11ª Região Militar no site www.11rm.eb.mil.br, conforme período estipulado no Anexo A - Cronograma Inicial de Atividades.

6.3 Imprimir, imediatamente, após a confirmação da inscrição, a Guia de Recolhimento da União – GRU - com o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), do(a) candidato(a), referente à taxa de inscrição, devendo efetuar o pagamento até a data-limite prevista no Anexo A, se dela não estiver isento.

6.3.1 A GRU deve ser paga exclusivamente no Banco do Brasil e, por ocasião do pagamento, faz-se obrigatório informar, o número de referência, a competência, o valor principal, o valor total e o CPF do(a) candidato(a).

6.4 O(A) candidato(a) que efetuar o pagamento da taxa de inscrição após a data-limite prevista no Anexo A, independentemente, do motivo que tenha acarretado o pagamento fora do prazo, será eliminado(a) do processo seletivo.

6.5 O(A) candidato(a) poderá reimprimir a GRU de cobrança, acessando a sua ficha de inscrição no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br, até a data-limite para pagamento.

6.6 As inscrições efetuadas somente serão homologadas após a comprovação de pagamento ou do deferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição.

6.7 O pagamento de taxa de inscrição é de inteira responsabilidade do(a) candidato(a).

6.8 Deverão ser cadastrados tanto os dados pessoais quanto os relativos à habilitação mínima exigida, títulos, tempo de serviço público anterior, experiência profissional/atividade na área de ensino, cursos, certificados de proficiência em inglês, publicações técnicas, certificações e outras informações exigidas no Aviso de Convocação, sendo de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a) o seu preenchimento, sob pena de ser eliminado(a) do processo seletivo, caso forneça informações divergentes, carentes de comprovação, inverídicas e/ou falsas, constatadas a qualquer tempo.

6.9 Ao acessar o endereço eletrônico da 11ª Região Militar, o(a) candidato(a) deverá:

6.9.1 ler o Aviso disponibilizado eletronicamente;

6.9.2 preencher a ficha de inscrição eletrônica;

6.9.3 imprimir a ficha de inscrição devidamente preenchida; e

6.9.4 efetuar o pagamento da taxa de inscrição, se dela não estiver isento.

6.10 Não serão aceitas inscrições e pagamentos fora do prazo especificado neste Aviso.

6.11 Não será aceita inscrição condicional, nem por outro meio que não o estabelecido neste Aviso.

6.12 O(A) candidato(a) inscrito(a) por terceiros assume total responsabilidade pelas informações inseridas na Ficha de Inscrição eletrônica, arcando com todas as consequências de eventuais erros de seu(sua) procurador(a).

6.13 O Comando da 11ª Região Militar não se responsabilizará por inscrição não realizada por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores de ordem técnica, que impossibilitem a transferência de dados.

6.14 O(A) candidato(a) poderá inscrever-se em apenas uma área de atuação e guarnição/cidade.

6.15 A grávida preterida do(s) processo(s) seletivo(s) 2021/2022 deverá, obrigatoriamente, realizar a sua inscrição no processo seletivo vigente, atendendo a todas as regras definidas neste Aviso de Convocação, à exceção do pagamento da taxa de inscrição.

6.16 O(A) candidato(a) deverá verificar os dados informados na Ficha de Inscrição antes de confirmá-los. Após o encerramento das inscrições, previsto no Anexo A, os dados não poderão ser alterados.

6.17 O Sistema de Inscrição para o Serviço Militar Temporário (SISMIL) está configurado para realizar inscrições utilizando browser (navegador) “Mozilla Firefox”, versão para desktop, a partir do versionamento 66.03.

7. DOS PROCEDIMENTOS PARA PEDIDO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

7.1 Estará isento(a) do pagamento da taxa de inscrição, o(a) candidato (a) que atenda aos seguintes requisitos:

7.1.1 estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - (CadÚnico), de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e for membro de família de baixa renda;

7.1.2 Para fins de aplicação do subitem 7.1.1 adotam-se as seguintes definições:

7.1.2.1 família: a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente, ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por essa unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio;

7.1.2.2 família de baixa renda, sem prejuízo ao disposto no subitem 7.1.1: aquela com renda familiar mensal per capita de até meio salário-mínimo ou a que possua renda familiar mensal de até 03 (três) salários-mínimos;

7.1.2.3 domicílio: o local que serve de moradia à família; e

7.1.2.4 renda familiar mensal: a soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família.

7.2 O(A) candidato(a) que se enquadrar na situação descrita deverá entregar pessoalmente ou por meio de procurador(a), legalmente constituído(a), a documentação relacionada no item 7.3 e seus subitens no Protocolo Geral da(s) organização (ões) militar(es) listada(s) no subitem 7.2.1 até a data-limite para solicitação de isenção da taxa de inscrição prevista no Anexo A.

7.2.1 A entrega da documentação elencada no subitem 7.3, referente à solicitação de isenção da taxa de inscrição, deverá ser entregue, pessoalmente ou por procurador(a) legalmente constituído(a) para este fim, na guarnição onde se inscreveu, até a data-limite prevista no Anexo A, no endereço abaixo:

Guarnição	Organização Militar (OM)	Endereço	Local e Horário
Brasília - DF	Comando da 11ª Região Militar	Avenida do Exército, S/N, QG do Comando Militar do Planalto/ 11ªRM, Setor Militar Urbano (SMU) – Brasília DF	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30min e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)
Araguari - MG	2º Batalhão Ferroviário	Rua Professora Lourdes Naves nº 750, Bairro Santo Antônio – Araguari MG	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)

7.2.2 A documentação relacionada no subitem 7.3 e seus subitens deverá ser entregue pessoalmente ou por meio de representante legal, até a data-limite, para a solicitação de isenção da taxa de inscrição prevista no Anexo A, na organização militar da guarnição em que o(a) candidato(a) concorre, conforme tabela acima.

7.3 Os documentos listados abaixo deverão ser entregues encadernados (espiralados), com todas as páginas numeradas e rubricadas de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme discriminado nos subitens abaixo.

7.3.1 Ficha de Inscrição Eletrônica impressa após a inscrição realizada no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br.

7.3.2 Requerimento do (a) candidato(a) encaminhado ao Comandante da 11ª Região Militar, conforme o Anexo K.

7.3.3 Declaração de Veracidade de Documentos Apresentados Anexo F, com firma por semelhança ou por autenticidade reconhecida em cartório.

7.3.4 Cópia de Documento Oficial com foto: Carteira de Identidade, Passaporte, Carteira Nacional de Habilitação, Carteira de Trabalho e Previdência Social.

7.3.5 Cópia do comprovante de Residência, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

7.3.5.1 O comprovante de residência convencional poderá ser substituído pela Declaração de Residência nos moldes previstos na Lei nº 7.115/83.

7.3.5.2 No caso de falsificação e/ou omissão de informações na Declaração de Residência prevista no item anterior, serão adotadas todas as medidas administrativas, civis e penais cabíveis.

7.3.6 O candidato(a) que estiver empregado(a) deverá encaminhar ainda:

7.3.6.1 cópia do contracheque ou de documento similar emitido pelo empregador ou

7.3.6.2 declaração de renda emitida por contador(a), devidamente registrada no seu órgão de classe, para os trabalhadores ambulantes, prestadores de serviços e os que exerçam atividade autônoma, desde que não cumulada com outra atividade cuja remuneração, somada, não exceda a 03 (três) salários-mínimos.

7.3.7 O candidato(a) que estiver desempregado(a) deverá enviar também:

7.3.7.1 cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou, caso não possua, declaração pessoal de desempregado e

7.3.7.2 indicação do Número de Identificação Social – NIS, atribuído pelo CadÚnico (se estiver enquadrado nesta situação).

7.4 Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:

7.4.1 omitir ou prestar informação inverídica;

7.4.2 fraudar ou falsificar documentação; e

7.4.3 não cumprir nenhum dos requisitos, forma e prazo estabelecido no item 7 e seus subitens.

7.5 O(A) candidato(a) que apresentar documento falso, inidôneo ou firmar declaração falsa no âmbito deste processo seletivo, terá sua inscrição e todos os atos dela decorrentes anulados e estará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, nos termos do artigo 3º, parágrafo 2º da Lei nº 13.726, de 2018.

7.6 Não será permitida, após a entrega do requerimento de isenção e dos documentos comprobatórios, a complementação da documentação.

7.7 Não será aceito qualquer pedido de isenção além do estabelecido pelo item 7 e seus subitens.

7.8 Cada pedido de isenção da taxa de inscrição será analisado e julgado pelo presidente da Comissão de Seleção Especial (CSE), quando oriundo de candidato(a) inscrito(a) para a guarnição de Brasília-DF, ou pelo presidente da respectiva Subcomissão de Guarnição, no caso de pedido de isenção da taxa de inscrição requerido por candidato(a) inscrito(a) em outra guarnição.

7.9 Para fins de solicitação de isenção de taxa de inscrição, serão aceitas cópias/reproduções não autenticadas, bem como os requerimentos, declarações e demais documentos assinados pelo(a) candidato(a), sem necessidade de firma reconhecida em cartório, desde que acompanhadas da DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DE DOCUMENTOS APRESENTADOS Anexo F, esta com firma por semelhança ou por autenticidade reconhecida em cartório.

7.10 O(A) candidato(a) que tiveram o seu pedido de isenção da taxa de inscrição deferido será divulgada (errado – acertar) no endereço eletrônico www.11rm.eb.mil.br, na data prevista no Anexo A.

7.11 O(A) candidato(a) que tiver seu requerimento de isenção indeferido, para efetivar a sua inscrição no processo seletivo, deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição até a data-limite estabelecida no Anexo A.

7.12 Estará isenta do pagamento da taxa de inscrição a candidata gestante preterida no certame anterior, cessado o impedimento causado pela gravidez, conforme previsto na Portaria nº 046-DGP, de 27 de março de 2012 - Normas Técnicas para Inscrição, Seleção, Convocação, Distribuição e Prestação do Serviço Militar Temporário – EB30-N-30.009.

7.13 Até a data-limite prevista para o pagamento da taxa de inscrição, a candidata gestante preterida no certame anterior deverá, obrigatoriamente, comparecer à Comissão de Seleção Especial (CSE), para que seja homologada a isenção da sua taxa de inscrição e tomadas as providências necessárias.

7.14 Também terá isenção da taxa de inscrição, o(a) candidato(a) doador(a) de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde, nos termos da Lei nº 13.656/2018.

7.15 Para solicitar a isenção da taxa de inscrição, o(a) candidato(a) amparado(a) pela Lei nº 13.656/2018 deverá apresentar, cumulativamente, os documentos relacionados:

7.15.1 atestado ou laudo emitido por médico de entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, inscrito no Conselho Regional de Medicina, que comprove que o(a) candidato(a) efetuou a doação de medula óssea, bem como a data da doação.

7.15.2 DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DE DOCUMENTOS APRESENTADOS (Anexo F), esta, com firma reconhecida em cartório.

7.15.3 requerimento do(a) candidato(a) encaminhado ao Comandante da 11ª Região Militar, conforme o Anexo K; e

7.15.4 cópia de documento oficial com foto: Carteira de Identidade, Passaporte, Carteira Nacional de Habilitação, Carteira de Trabalho e Previdência Social, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

7.16 A entrega da documentação listada no item 7.3 e seus subitens deverá ser feita, pessoalmente ou por procurador(a) legalmente constituído(a) para este fim, na guarnição na qual se inscreveu, nos endereços relacionados no item 7.2.1.

8. DA AVALIAÇÃO CURRICULAR (realizada pelo SISMIL na ocasião da inscrição)

8.1 O(A) candidato(a) deverá apresentar diploma de nível superior na área de atuação, concluído na data igual ou anterior ao último dia de inscrição, previsto no Anexo A. Já os títulos, a atividade profissional, os cursos, os artigos científicos e os livros deverão ter relação direta com a graduação para a qual o(a) candidato(a) se inscreveu.

8.2 Todas as informações passíveis de pontuação deverão ser lançadas na Ficha de Inscrição, em data igual ou anterior ao último dia de inscrição previsto no Anexo A.

8.3 Para fins de pontuação, o(a) candidato(a) deverá lançar todas as informações passíveis de pontuação na Plataforma *Lattes*, sob pena de eliminação, quando se tratar de habilitação mínima exigida ou perda da pontuação, nos demais casos;

8.3.1 O cadastro do(a) candidato(a) na Plataforma *Lattes* deverá ser feito com o mesmo nome informado pelo(a) candidato(a) na Ficha de Inscrição e estar disponível para consulta durante toda a vigência do processo seletivo.

8.3.2 A orientação é que os(as) candidatos(as) atualizem seus currículos disponíveis na Plataforma *Lattes* antes da data prevista para divulgação das inscrições homologadas.

8.3.3 Para fins de pontuação, todas as informações lançadas na Ficha de Inscrição deverão constar no Currículo *Lattes*.

8.4 A Avaliação Curricular será realizada, inicialmente, de acordo com os dados lançados pelo(a) próprio(a) candidato(a) na Ficha de Inscrição eletrônica, no sítio www.11rm.eb.mil.br, sendo de sua inteira responsabilidade a veracidade das informações apresentadas.

8.5 As informações sobre a formação acadêmica, os títulos, a atividade profissional, os cursos, os artigos científicos e os livros deverão ser lançados cumulativamente na Ficha de Inscrição e no currículo disponível na Plataforma *Lattes*, em data igual ou anterior ao último dia de inscrição, previsto no Anexo A.

8.6 Se o(a) candidato(a) vier a apresentar algum dos documentos relacionados no item/subitem anterior em forma de Recurso, continuará eliminado(a), a fim de não ferir o Princípio da Isonomia, em relação às demais candidatos(as) que apresentaram dentro do prazo.

8.7 Em data prevista no Anexo A, será divulgada no sítio www.11rm.eb.mil.br, a Validação da Avaliação curricular dos(as) candidatos(as) inscritos(as) em ordem de pontuação, dentro das áreas de atuação constante do Anexo N.

8.8 Os pontos e a classificação atribuída automaticamente pelo sistema SISMIL, de acordo com os dados lançados pelo próprio(a) candidato(a) na Ficha de Inscrição eletrônica, corresponderão apenas à conferência quantitativa dos documentos cadastrados, não gerando expectativa de dire-

to real na pontuação e classificação final. A análise desses documentos será realizada pela Comissão de Seleção Especial (CSE) durante a Avaliação Curricular, a qual poderá resultar na alteração da pontuação e da classificação.

8.9 Na mesma oportunidade, será apresentada a relação dos(as) candidatos(as) chamados(as) para a Etapa II (Entrega de Currículos na CSE/SvTT, para fins de Validação da Avaliação Curricular).

8.10 Os candidatos chamados para esta Etapa deverão entregar pessoalmente ou por intermédio de procurador legal, munido de instrumento de procuração particular, com firma reconhecida em cartório e com o fim específico para inscrição neste certame, os documentos relacionados no item 10.9 e seus subitens, em data, hora e local constantes da chamada para entrega de currículos a ser divulgada no sítio www.11rm.eb.mil.br.

8.11 O Anexo M serve como referência aos(às) candidatos(as), apresentando a pontuação atribuída a cada aspecto da sua formação e experiência profissional.

9. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

9.1 Terão suas inscrições homologadas os(as) candidatos(as) que tiverem pago a taxa de inscrição, dentro do prazo estipulado no calendário constante do Anexo A; e aqueles que estiverem isentos dessa taxa.

9.2 Somente estará apto(a) a prosseguir para a fase seguinte do processo seletivo (ETAPA II) o(a) candidato(a) que tiver a sua inscrição homologada.

9.3 Em data prevista no Anexo A, será divulgada no sítio www.11rm.eb.mil.br a relação das inscrições homologadas e não homologadas.

9.3.1 Na relação das inscrições homologadas, constarão os nomes dos(as) candidatos(as) inscritos(as), em ordem decrescente de pontuação, dentro das áreas de atuação constantes no Anexo N.

10. ETAPA II

10.1 ENTREGA DOS CURRÍCULOS:

10.2 Serão chamados para a Etapa II, para a Entrega de Currículos e Validação da Avaliação Curricular, os(as) candidatos(as) de maior pontuação na Avaliação Curricular, cujas inscrições foram homologadas de acordo com listas a serem divulgadas oportunamente, no sítio www.11rm.eb.mil.br.

10.3 A Validação da Avaliação Curricular é de caráter seletivo, classificatório e eliminatório e será realizada de acordo com os documentos apresentados pelo(a) candidato(a) ou seu(sua) procurador(a), abrangendo toda a documentação apresentada.

10.4 O(A) candidato(a) chamado para a Validação da Avaliação Curricular deve entregar pessoalmente ou por intermédio de procurador legal, munido de instrumento de procuração particular com firma reconhecida em cartório e com o fim específico para inscrição, neste processo seletivo, os documentos relacionados no item 10.9 e seus subitens, bem como os comprovantes de todos os cursos, títulos, publicações e experiência profissional declarados na Ficha de Inscrição eletrônica e constantes no currículo disponível na Plataforma *Lattes*, em data, hora e local indicados na chamada para a Etapa II, divulgada no endereço eletrônico da 11ª Região Militar.

10.5 Não será aceita a entrega de documentos em data posterior à constante da chamada, bem como a remessa por via postal, fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio.

10.6 Não será considerado documento apresentado no currículo, que não tenha sido informado/declarado expressamente na Ficha de Inscrição e/ou Plataforma *Lattes*.

10.7 Em caso de eliminação de algum(a) candidato(a) nesta Etapa, serão chamados(as), por ordem de classificação novos(as) candidatos(as) para apresentação de documentação, nos dias subsequentes, sempre por meio do endereço eletrônico da 11ª Região Militar.

10.8 As informações prestadas pelo(a) candidato(a) são de sua inteira responsabilidade.

10.8.1 A entrega de documentos para a Validação da Avaliação Curricular é de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a) e do(a) seu(sua) procurador(a) (se for o caso), estando, - ambos, sujeitos à responsabilização cível, penal e administrativa.

10.9 Todos os documentos da Validação da Avaliação Curricular deverão ser entregues encadernados (espiralados) com todas as páginas numeradas e rubricadas de próprio punho, pelo (a) candidato(a), conforme discriminado nos subitens abaixo.

10.9.1 Ficha de Inscrição Eletrônica, impressa após a inscrição realizada no site www.11rm.eb.-mil.br, com foto 3x4 colada.

10.9.2 Procuração com firma reconhecida em cartório, caso não seja possível o comparecimento pessoal do(a) candidato(a) no local e data previstos para a entrega de documentos para a Avaliação Curricular.

10.9.3 Cópia do currículo do(a) candidato(a) disponível na Plataforma *Lattes*.

10.9.4 Original do comprovante de que efetuou o pagamento da taxa de inscrição (Guia de Recolhimento da União – GRU) dentro do prazo limite constante do Anexo A, caso não esteja isento do pagamento da referida taxa.

10.9.5 Declaração de Voluntariado para Prestação do Serviço Militar Temporário, por um período mínimo de 12 (doze) meses (Anexo B), assinada de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme assinatura constante no documento de identificação oficial apresentado.

10.9.6 Declaração de Tempo de Serviço Público prestado junto às Forças Armadas anterior à Incorporação Anexo "C", informando os órgãos e os períodos trabalhados, assinada de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme assinatura constante no documento de identificação oficial apresentado; ATENÇÃO: o(a) candidato(a) que não possuir tempo de serviço público deverá registrar 00 ano 00 mês 00 dia.

10.9.7 Declaração de Residência (Anexo D), com reconhecimento de firma em cartório, assinada de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme assinatura constante no documento de identificação oficial apresentado.

10.9.8 Declaração de Residente em Município Diverso da Sede da OM de Incorporação (Anexo E), se for o caso, assinada de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme assinatura constante no documento de identificação oficial apresentado.

10.9.9 Cópia do Comprovante de Residência, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

10.9.9.1 O Comprovante de Residência convencional poderá ser substituído pela Declaração de Residência nos moldes previstos na Lei nº 7.115/83.

10.9.9.2 No caso de falsificação e/ou omissão de informações na Declaração de Residência prevista no item anterior, serão adotadas todas as medidas administrativas, civis e penais cabíveis.

10.9.10 Declaração de Ciência da Necessidade de Informação do Estado de Gravidez (Anexo I), apenas para candidatas do segmento feminino, assinada de próprio punho pela candidata, conforme assinatura constante no documento de identificação oficial apresentado. Tendo em vista a proteção constitucional do direito à maternidade, toda mulher deve assinar, por ocasião do processo seletivo, uma declaração de ciência da necessidade de informação imediata à Instituição, caso presente ou venha a apresentar estado de gravidez no curso do processo. O estado de gravidez impede a realização da IS, do EAF e a incorporação para o Estágio de Serviço Técnico (EST), em virtude dos riscos decorrentes das atividades militares a serem desenvolvidas.

10.9.11 Declaração de Veracidade dos Documentos Apresentados (Anexo F), esta, obrigatoriamente, com reconhecimento de firma em cartório.

10.9.12 Parecer Favorável do Comandante, Chefe ou Diretor da OM em que serve, para participação em Processo Seletivo do Serviço Militar Temporário (Anexo J), apenas, para candidatos(as) militares da ativa.

10.9.13 O documento citado acima deverá ser impresso em papel timbrado, bem como ter o carimbo do militar que assinou o documento e, preferencialmente, conter a marca d'água do Exército Brasileiro, da Marinha do Brasil ou da Força Aérea Brasileira.

10.9.13.1 O documento apresentado sem autenticação da Seção de Pessoal da Organização Militar poderá ser submetido à análise de veracidade.

10.9.14 Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público (Anexo G), assinada de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme assinatura constante no documento de identificação oficial apresentado.

10.9.15 Declaração de Ciência de Impedimento para comerciar ou tomar ciência do impedimento para comerciar ou tomar parte na administração ou gerência de sociedade privada, dela ser sócio ou participar (Anexo H), assinada de próprio punho pelo(a) candidato(a), conforme constante no documento de identificação oficial apresentado.

10.9.16 Certidão de Quitação Eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral www.tse.jus.br.

10.9.17 Certidão Negativa Criminal da Justiça Federal extraída do sítio da Justiça Federal de onde o(a) candidato(a) residiu nos últimos 05 (cinco) anos.

10.9.18 Certidão Negativa Criminal emitida pela Justiça Estadual/Distrital, extraída do sítio da Justiça Estadual/Distrital, de onde o(a) candidato(a) residiu nos últimos 05 (cinco) anos.

10.9.19 Certidão Negativa Criminal Militar emitida pelo Superior Tribunal Militar www.stm.jus.br.

10.9.20 Cópia de Documento Oficial com foto: Carteira de Identidade, Passaporte, Carteira Nacional de Habilitação ou Carteira de Trabalho e Previdência Social, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

10.9.21 Cópia da Carteira de Identidade Militar, somente para candidato(a) militar temporário(a) da ativa, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

10.9.22 Cópia do CPF ou comprovante da situação cadastral do CPF www.receita.fazenda.gov.br.

10.9.23 Cópia do Título de Eleitor.

10.9.23.A apresentação do Título de Eleitor poderá ser substituída pela Certidão de Quitação Eleitoral, nos moldes exigidos no item 10.9.15.

10.9.24 Cópia da Carta Patente de candidatos do sexo masculino e feminino que servem ou já serviram como oficiais, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

10.9.25 Cópia da Certidão de Situação Militar de candidatos do sexo masculino e feminino que já serviram como Oficial Temporário, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

10.9.26 Cópia do Certificado de Reservista de candidatos(as) que já serviram como praça, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

10.9.27 Cópia do Certificado de Dispensa de Incorporação de candidatos do sexo masculino que foram dispensados do Serviço Militar Obrigatório, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

10.9.28 Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

10.9.29 Cópia da Certidão de Nascimento dos dependentes, quando for o caso, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

10.9.30 Cópia da Carteira, na qual fique comprovado o registro ativo, do respectivo Conselho ou ordem de profissionais, quando existir, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

10.9.30.1 Em caráter excepcional, para fins de inscrição no processo seletivo, enquanto aguarda o fornecimento da Carteira, em decorrência de tramitação de procedimentos administrativos e legais de regularização desse documento, o(a) candidato(a) poderá apresentar declaração ou certidão emitida pelo Conselho de classe, que comprove a sua inscrição e regularidade junto ao órgão, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

10.9.30.2 Dessa forma, o(a) candidato na situação, descrita no subitem anterior, deverá apresentar a cópia da Carteira por ocasião da Exame de Aptidão Física.

10.9.30.3 Será obrigatória a comprovação de regularidade junto ao respectivo Conselho Profissional ou Ordem, quando houver, em condição de legitimidade para o exercício da profissão, incluindo a correspondente habilitação ao exercício da profissão na especialidade a que concorrer, a fim de impedir a incorporação de profissional que esteja com a sua habilitação suspensa ou cassada, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

10.9.30.4 Será obrigatório, no ato da incorporação, comprovar inscrição e regularidade junto ao órgão de classe do respectivo estado/Distrito Federal, onde ocorrerá a incorporação, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

10.9.30.5 Quando o Conselho de Classe relativizar, dispensar, excepcionar ou tornar facultativo o registro junto ao órgão, sem a possibilidade de caracterizar exercício ilegal da profissão, o(a) candidato(a) deverá apresentar cópia da Norma que relativiza, dispensa, excepciona ou torna facultativo o registro ou declaração/certidão do respectivo conselho, com a devida justificativa.

10.9.31 Cópia do(s) diploma(s) e/ou certificado(s) de pós-graduação que possuam relação direta com a graduação para a qual o(a) candidato(a) se inscreveu, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

10.9.31.1 As pós-graduações Stricto Sensu (Mestrado e/ou Doutorado) declaradas que possuam relação direta com a graduação para a qual o(a) candidato(a) se inscreveu deverão ser devida-

mente registradas por instituições de ensino superior reconhecidas pelo Ministério da Educação MEC, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

10.9.31.2 Os certificados e as declarações de conclusão de pós-graduações Stricto Sensu (Mestrado e/ou Doutorado) obrigatoriamente acompanhados dos seus respectivos históricos, deverão ser devidamente autenticados, expedidos pelos estabelecimentos de ensino cadastrados e autorizados pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – CAPES.

10.9.31.3 No caso das pós-graduações Lato Sensu, especialização/MBA (exigida duração mínima de 360 horas), na modalidade presencial ou a distância, o certificado deverá ter relação direta com a graduação, para a qual o(a) candidato(a) se inscreveu, bem como a instituição de ensino deverá ser reconhecida pelo MEC e cadastrada no e-MEC.

10.9.31.4 As declarações de conclusão de pós-graduação Lato Sensu (especialização/MBA com duração mínima de 360 horas) na modalidade presencial ou a distância, deverão ser devidamente autenticadas, obrigatoriamente; emitidas pela instituição de ensino que efetivamente ministrou o curso e; devem atender às exigências da Resolução CNE/CES nº 01, de 6 de abril de 2018, que Estabelece Normas para o Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu em nível de Especialização.

10.9.31.5 Os certificados de pós-graduação emitidos pelas Associações e Conselhos de Classe somente serão aceitos para fins de pontuação se os emitentes estiverem devidamente autorizados pelo Ministério da Educação para funcionarem como Instituição de Ensino, cadastrados no e-MEC e os cursos devidamente reconhecidos pelo MEC.

10.9.31.6 Em caráter excepcional, para fins de inscrição no processo seletivo, enquanto aguarda o fornecimento do diploma de graduação, do histórico escolar do curso superior, do diploma ou certificado de pós-graduação, em decorrência de tramitação de procedimentos administrativos e legais de regularização desses documentos, a cargo da instituição de ensino junto à Secretaria de Educação Municipal/Estadual/Distrital, Ministério da Educação ou órgão competente, o(a) candidato(a) poderá apresentar cópia autenticada em cartório de declaração ou certidão emitida pela instituição de ensino, a qual será válida até a data prevista para a entrada com pedido de Recurso Administrativo da Validação da Avaliação Curricular, conforme data prevista, no item 14 do Anexo A.

10.9.31.6.1 Dessa forma, o(a) candidato(a) na situação descrita no subitem anterior, deverá apresentar o respectivo documento original com cópia, nos dias previstos para a entrada com pedido de Recurso Administrativo da Validação da Avaliação Curricular, conforme data prevista, no item 14 do Anexo A.

10.9.31.6.2 A não apresentação do diploma de graduação e do histórico escolar do curso superior com cópia autenticada em cartório, nos dias previstos para a entrada com pedido de Recurso Administrativo da Validação da Avaliação Curricular, conforme data prevista, no item 14 do Anexo “A”, eliminará o(a) candidato(a) do processo seletivo.

10.9.31.6.3 A não apresentação do diploma ou certificado de pós-graduação, com cópia, quando não se tratar de habilitação mínima exigida, nos dias previstos para a entrada com pedido de Recurso Administrativo da Validação da Avaliação Curricular, conforme data prevista no item 14 do Anexo A, ocasionará a perda da pontuação e reclassificação do(a) candidato(a) do processo seletivo.

10.9.32 Cópia de artigo científico, informando o veículo/periódico, bem como o ISSN (International Standard Serial Number) ou DOI-(Digital Object Identifie), com reprodução/cópia autenticada em cartório.

10.9.32.1 A autenticação em cartório, exigida no item acima, está dispensada desde que os documentos sejam acompanhados do original.

10.9.32.2 Os artigos científicos serão classificados de acordo com o Qualis do último quadriênio ou triênio divulgado oficialmente no pelo sítio da Plataforma Sucupira e receberão pontuação, conforme previsto no Anexo M.

10.9.32.3 Os artigos científicos, sem classificação no último quadriênio ou triênio, disponível oficialmente na Plataforma Sucupira, somente serão pontuados se apresentados cumulativamente com a Carta de Aceite, onde conste expressamente a classificação do periódico.

10.9.32.4 O Qualis é o sistema utilizado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) do Ministério da Educação, que aufer a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir de análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, dos periódicos científicos.

10.9.32.5 Para fins de comprovação de artigo científico publicado exclusivamente em meio digital, é necessária a apresentação de cópia física, acompanhada do arquivo em pendrive ou CD-ROM, com indicação do sítio eletrônico no qual foi publicado e encontra-se disponível para leitura e consulta, não necessitando de autenticação, desde que atenda às exigências descritas acima.

10.9.32.6 No que se refere a artigo científico que esteja em língua estrangeira, faz-se necessário apresentar o resumo em português, feito por tradutor juramentado.

10.9.32.7 O artigo científico publicado em língua estrangeira, com o resumo em língua portuguesa, dispensa a tradução juramentada prevista no item anterior.

10.9.33 Cópia do livro como autor, coautor e organizador, desde que tais informações estejam contidas na ficha catalográfica da obra e a publicação integre o Sistema de identificação numérica, conhecido como ISBN (International Standard Book Number), com reprodução/cópia autenticada em cartório.

10.9.33.1 Também será possível pontuar como autor de capítulo, desde que se apresente cópia do livro onde foi publicado o artigo e a publicação integre o Sistema de identificação numérica, conhecido como ISBN (International Standard Book Number).

10.9.33.2 Os livros digitais deverão ser entregues impressos na íntegra. Deve-se, informar o endereço eletrônico em que está publicado e atender às exigências previstas nos itens 10.9.33 para autor, coautor e organizador, ou 10.9.33.1, para autor de capítulo.

10.9.33.3 No que se refere a livro em língua estrangeira, faz-se necessário, apresentar, cumulativamente, a ficha catalográfica e introdução em português, feitas por tradutor juramentado.

10.9.33.4 O livro publicado em língua estrangeira, publicado com Ficha Catalográfica e Introdução em língua portuguesa, dispensa a tradução juramentada prevista no item anterior.

10.9.33.5 O(A) candidato(a) não poderá pontuar cumulativamente como autor, coautor, organizador ou autor de capítulo, devendo escolher apenas uma das categorias para fins de pontuação.

10.9.33.6 Destaque-se que a publicação de artigo científico em livro não é considerado como livro publicado.

10.9.34 Cópia de comprovação da experiência profissional e atividade na área de ensino, que não pode ser inferior a 1(um) ano e 6(seis) meses, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

10.9.35 Cópia do certificado/diploma de proficiência em inglês, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

10.9.36 Somente será validado o certificado ou diploma de proficiência no idioma inglês, a partir do nível intermediário: Cambridge English Preliminary (PET), Cambridge English First (FCE), Cambridge English Advanced (CAE), Cambridge English Proficiency (CPE), IELTS (pontuação mínima 4), TOEFL (pontuação mínima 60) e TOEIC (pontuação mínima 550).

10.9.37 Cópia das certificações de informática, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

10.9.37.1 Somente receberão pontuação as certificações de informática previstas no Anexo P.

10.9.37.2 Para cada área de atuação prevista no Anexo P, existe uma lista de certificações passíveis de pontuação.

10.9.37.3 As certificações de Informática deverão estar relacionadas com a área de atuação, conforme previsto no Anexo P.

10.9.38 Cópia do(s) certificado(s) do(s) curso(s), previsto(s) no item 2 do Anexo M, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

10.9.39 Para candidato(a) militar da ativa ou da reserva das Forças Armadas ou integrante de Forças Auxiliares, é obrigatória a apresentação das Folhas de Alterações ou certidão de assentamentos militares relativas a todo o período de serviço, constando no caso das praças, obrigatoriamente, a classificação do seu comportamento por ocasião da sua exclusão ou desligamento.

10.9.39.1 As Folhas de Alterações não suprem e não servem como documento complementar à Certidão de Tempo de Serviço Público prestado em órgão público federal, estadual ou municipal.

10.9.39.2 Em caso de candidato(a) militar da reserva não remunerada, as Folhas de Alterações servem como documento complementar à Certidão de Tempo de Serviço Público prestado em órgão público federal, quando se tratar de experiência profissional prestada junto às Forças Armadas.

10.9.39.3 Em caráter excepcional, enquanto aguarda o fornecimento das Folhas de Alterações ou certidão de assentamentos, em decorrência de tramitação de procedimentos administrativos legais de elaboração desses documentos, o(a) candidato(a) poderá apresentar declaração/solicitação emitida pela OM que serviu.

10.9.39.4 A não apresentação das Folhas de Alterações até a data prevista para a entrada com pedido de Recurso Administrativo da Validação da Avaliação Curricular, conforme data prevista, no Anexo A, eliminará o(a) candidato(a) do processo seletivo.

10.10 Todo documento (exceto cursos de atualização e extensão; especialização; certificação de informática; livro; e demais excepcionalidades, previstas neste Aviso de Convocação), que esteja em língua estrangeira, deverá ser acompanhado de versão em português, feita por tradutor juramentado, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

10.10.1 No que se refere a artigo científico em língua estrangeira, a versão em português feita por tradutor juramentado recairá apenas sobre o resumo.

10.11 A exigência de firma reconhecida ou autenticidade de documento em cartório para os subitens 10.9.9, 10.9.11, 10.9.20, 10.9.21 (se for o caso), 10.9.24 (se for o caso), 10.9.25 (se for o caso), 10.9.26 (se for o caso), 10.9.27, 10.9.28, 10.9.29 (quando for o caso), 10.9.30 (quando for o caso), 10.9.30.1 (quando for o caso), 10.9.30.3 (quando for o caso), 10.9.30.4, 10.9.31, 10.9.31.1, 10.9.32, 10.9.33, 10.9.34, 10.9.35, 10.9.37, 10.9.38, 10.9.40.1, 10.9.40.2 e 10.10 está facultada, desde que o(a) candidato(a) apresente, junto às cópias, os documentos originais respectivos, no momento da entrega dos documentos à Comissão Seleção Especial (CSE).

10.12 A não apresentação dos documentos originais conforme exigido no subitem 10.11 no momento da entrega do(s) documento(s), para fins de Validação da Avaliação Curricular, implicará eliminação do(a) candidato(a) quando se tratar dos documentos relacionados no item 15.6 ou acarretará a perda da pontuação, nos demais casos.

10.13 O(A) candidato(a) ou procurador legal munido de instrumento de procuração com firma reconhecida em cartório e com o fim específico para este certame, a fim de resolver quaisquer assuntos referentes aos(às) candidatos(as) neste processo seletivo, deverá comparecer para a entrega de todos os documentos, incluindo as declarações e cópias/reproduções autenticadas previstas para esta Etapa, na data, local e hora constantes da chamada para entrega de currículos, a ser divulgada no endereço eletrônico da 11ª RM www.11rm.eb.mil.br. O não comparecimento ou atraso acarretará a sua eliminação do processo seletivo.

10.14 Os Anexos C e G, as certidões previstas nos subitens 10.9.15, 10.9.16, 10.9.17, 10.9.18, assim como os documentos previstos no subitem 10.9.30 (quando houver), 10.9.30.1 (quando houver), 10.9.30.2 (quando houver) e 10.9.30.3 (se for o caso) e 10.9.30.5 (quando houver), deverão ser entregues novamente pelo(a) candidato (a), sob pena de eliminação do Processo Seletivo na apresentação para realização do Exame de Aptidão Física (EAF).

10.14.1 Os Anexos C e G, as certidões previstas nos subitens 10.9.15, 10.9.16, 10.9.17, 10.9.18, como também os documentos previstos no subitem 10.9.30 (quando houver), 10.9.30.1 (quando houver), 10.9.30.3 (se for o caso), 10.9.30.4 e 10.9.30.5, deverão ser entregues novamente pelo(a) candidato(a), sob pena de eliminação do processo seletivo no ato da incorporação.

10.14.2 As declarações, certidões e os documentos previstos nos itens 10.14 e 10.14.1 deverão ser atualizados, ou seja, deverão ser emitidos/expedidos nos últimos 30 (trinta) dias, sendo a data definida para a entrega o início do marco temporal, quando solicitado.

10.15 Serão desconsiderados os documentos ilegíveis que impossibilitem a leitura parcial ou integral do seu conteúdo.

10.16 Somente serão validados e receberão pontuação os diplomas, os certificados e as declarações de graduação, de pós-graduação, de cursos, proficiência em inglês, assim como, as certificações de informática, os artigos científicos e a experiência profissional que constarem no currículo do(a) candidato(a) disponível na Plataforma *lattes* (lattes.cnpq.br/).

11. VALIDAÇÃO DA AVALIAÇÃO CURRICULAR

11.1 Somente serão consideradas/validadas e receberão a pontuação, as experiências profissionais constantes no currículo *Lattes* que tenham relação direta com as áreas de atuação na qual o(a) candidato(a) está concorrendo, previstas no Anexo N.

11.2 Somente será contabilizado, para fins de pontuação, no máximo 2.920 (dois mil, novecentos e vinte) dias, quando a comprovação do exercício de atividade profissional for feita por meio de Carteira de Trabalho e Previdência Social; prestação de serviço por meio de Recibo de Pagamento Autônomo (RPA); prestação de serviço como empresário individual; e prestação de serviços em órgãos/instituições públicas.

11.2.1 No que se refere à comprovação através da prestação de serviço por meio de contrato de trabalho, será contabilizado, no máximo, 730 (setecentos e trinta) dias do exercício de atividade profissional.

11.3 A experiência profissional será contabilizada em dias.

11.3.1 A pontuação referente à atividade profissional e de ensino, no meio civil, será de 0,006 para cada dia trabalhado.

11.3.2 A pontuação referente à atividade profissional e de ensino, no meio militar, será de 0,007 para cada dia trabalhado.

11.4 Para fins de comprovação de experiência profissional, não serão considerados períodos de trabalhos sobrepostos, mesmo em instituições/órgãos diferentes, inclusive, para a atividade exercida na área de ensino/magistério.

11.5 Para fins de pontuação de experiência profissional no que se refere ao Magistério, somente serão aceitos os períodos em que houve a participação como docente, relacionados com área técnica/graduação a qual concorrem.

11.6 A comprovação do exercício da atividade profissional, as atividades na área de ensino, os títulos, os cursos, os artigos científicos e os livros somente serão validados e receberão pontuação, se possuírem relação direta com a graduação para a qual o(a) candidato(a) está concorrendo. Devem, ainda, constar na Ficha de Inscrição e sido realizados e/ou concluídos até o último dia previsto para inscrição, conforme informações contidas no Cronograma Inicial de Atividades Anexo A.

11.7 Formação acadêmica, pós-graduação, cursos, publicações técnicas e exercício de atividade profissional, somente serão considerados se possuírem relação direta com a área de atuação, conforme previsto nos Anexos N.

11.8 A comprovação do exercício de atividade profissional, inclusive daquela exercida na área de ensino, deverá ser realizada por uma das 5 (cinco) maneiras relacionadas a seguir: mediante apre-

sentação de Carteira de Trabalho e Previdência Social; prestação de serviço por meio de contrato de trabalho; prestação de serviço por meio de RPA; prestação de serviço como empresário individual; e prestação de serviços em órgãos/instituições públicas.

11.8.1 Na apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS):

11.8.1.1 A comprovação de atividade exercida na área de ensino ou exercício de atividade profissional, mediante apresentação da CTPS, deverá atender às exigências abaixo relacionadas:

11.8.1.2 Apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS, contendo a página de identificação do trabalhador, a página em que conste o registro do empregador que informe o período (com início e fim), discriminando o tempo de serviço e o cargo/ocupação desempenhada, bem como a Razão Social e o número do CNPJ no caso de Pessoa Jurídica, ou o nome completo e o número do CPF da Pessoa Física para a qual desenvolveu a atividade. Caso na CTPS não esteja especificado o cargo/ocupação desenvolvido pelo(a) candidato(a) que tenha relação com a graduação para a qual concorre, faz-se necessário, concomitantemente, apresentar declaração do empregador relacionando as atividades desempenhadas pelo candidato, exclusivamente, na especialidade para a qual está concorrendo com reprodução/cópia do contrato autenticada em cartório e declaração com firma reconhecida em cartório.

11.8.1.3 Quando se tratar de comprovação de experiência profissional, por meio da CTPS, também será obrigatória a apresentação do extrato de contribuições emitido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), onde conste o período trabalhado e a Pessoa Jurídica/Física cadastrada na Ficha de Inscrição, que contenha *QR Code* e/ou código de verificação/validação.

11.8.1.3.1 Somente serão aceitos extratos emitidos pelo INSS que contenham *QR Code* e/ou código de verificação/validação.

11.8.1.4 Caso se faça necessária a apresentação da declaração citada no 11.8.1.2 (quando o cargo/ocupação constante na CTPS não especificar a atividade desenvolvida), é obrigatório informar a Razão Social e o número CNPJ no caso de Pessoa Jurídica, ou o nome completo e o número do CPF da Pessoa Física para a qual desenvolveu a atividade; o código de ocupação previsto na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), relacionando as atividades desempenhadas pelo(a) candidato(a), exclusivamente na especialidade em que estiver concorrendo, para fins de pontuação, bem como o período, com reprodução/cópia autenticada em cartório e reconhecimento de firma em cartório.

11.8.1.5 Caso na CTPS não contenha a anotação referente ao fim do vínculo empregatício da experiência profissional cadastrada, faz-se a necessária a declaração do empregador, informando o período trabalhado, com reconhecimento de firma em cartório.

11.8.1.6 Na cópia da CTPS, deverá conter, obrigatoriamente, a identificação do trabalhador com foto e qualquer outra página que ajude na avaliação.

11.8.1.7 Somente serão aceitas as declarações emitidas pelo setor de Recursos Humanos do órgão ou setor equivalente.

11.8.1.7.1 Quando não existir setor de Recursos Humanos ou equivalente, serão aceitas declarações emitidas pelo(a) contador(a), desde que no documento venha identificado o nome completo do(a) profissional, nº do Cadastro Nacional de Pessoa Física e o seu respectivo registro junto ao órgão de classe.

11.8.1.7.2 Se ficar comprovada a existência de setor de Recursos Humanos ou equivalente, as declarações emitidas por contadores, conforme previsto no item 11.8.1.7.1 serão desvalidadas, acarretando, ainda, a perda da pontuação.

11.8.1.8 Na falta da Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS, poderá ser apresentado o extrato do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS, constando o nome da empresa, acompanhado da declaração do empregador relacionando as atividades desempenhadas pelo(a) candidato(a), assim como, o período exclusivamente na especialidade em que estiver concorrendo para fins de pontuação.

11.8.1.9 Se o(a) candidato(a) não apresentar toda a documentação necessária à comprovação da experiência profissional, na data/local/hora prevista no chamamento, não receberá a pontuação.

11.8.1.10 Se o(a) candidato(a) vier a apresentar algum dos documentos relacionados neste item e seus subitens em forma de recurso e/ou requerimento, será eliminado(a), quando se tratar da experiência mínima exigida e, nos demais casos, os documentos não serão validados para fins de pontuação pela Comissão de Seleção Especial, a fim de não ferir o Princípio da Isonomia, em relação aos demais candidatos(às) que apresentaram dentro do prazo.

11.8.2 Na prestação de serviço por meio de contrato de trabalho:

11.8.2.1 Mediante apresentação da cópia do Contrato de Prestação de Serviço, com reconhecimento de firma em cartório, acompanhada da declaração do contratante, sob as penas da lei, informando a Razão Social e o número CNPJ no caso de Pessoa Jurídica ou o nome completo e o número do CPF da Pessoa Física para quem o(a) candidato(a) desempenhou a atividade, bem como

o período do contrato, e as atividades exercidas pelo candidato, exclusivamente, na especialidade que estiver concorrendo para fins de pontuação, com reprodução/cópia autenticada em cartório.

11.8.2.2 Somente serão aceitas as declarações emitidas pelo setor de Recursos Humanos do órgão ou setor equivalente.

11.8.2.2.1 Quando não existir setor de Recursos Humanos ou equivalente, serão aceitas declarações emitidas pelo(a) contador(a), desde que no documento venha identificado o nome completo do (a) profissional, nº do Cadastro Nacional de Pessoa Física e o seu respectivo registro junto ao órgão de classe.

11.8.2.2.2. Se ficar comprovada a existência de setor de Recursos Humanos ou equivalente, as declarações emitidas por contadores, conforme previsto no item 11.9.2.2.1 serão desvalidadas, acarretando, ainda, a perda da pontuação.

11.8.2.3 Se o(a) candidato(a) não apresentar toda a documentação necessária à comprovação da experiência profissional na data, local e hora prevista no chamamento, não receberá a pontuação.

11.8.2.4 Se o(a) candidato(a) vier a apresentar algum dos documentos relacionados neste item e seus subitens em forma de recurso e/ou requerimento, será eliminado(a), quando se tratar da experiência mínima exigida e, nos demais casos, os documentos não serão validados para fins de pontuação pela Comissão de Seleção Especial, a fim de não ferir o Princípio da Isonomia, em relação aos demais candidatos(às) que apresentaram dentro do prazo.

11.8.3 Na prestação de serviço por meio de Recibo de Pagamento Autônomo (RPA):

11.8.3.1 Mediante apresentação de reprodução/cópia de Recibo de Pagamento Autônomo (RPA) sendo obrigatórios o primeiro e o último recibo do período trabalhado, acompanhada da declaração do contratante/beneficiário que informe a Razão Social e o número CNPJ, no caso de Pessoa Jurídica, ou o nome completo e o número do CPF da Pessoa Física para quem o(a) candidato(a) desempenhou a atividade, bem como o período (com início e fim, se for o caso) a espécie do serviço prestado e a descrição das atividades, exclusivamente na especialidade em que estiver concorrendo, para fins de pontuação. Também se faz obrigatória, a apresentação da certidão emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com a indicação da profissão, acompanhada do extrato de contribuições previdenciárias, exclusivamente na especialidade em que estiver concorrendo, com firma reconhecida em cartório somente para a Declaração.

11.8.3.1.1 Somente serão aceitas certidões emitidas pelo INSS que contenham *QR Code* e/ou código de verificação/validação.

11.8.3.2 Somente serão aceitas as declarações emitidas pelo setor de Recursos Humanos do órgão ou setor equivalente.

11.8.3.2.1 Quando não existir setor de Recursos Humanos ou equivalente, serão aceitas declarações emitidas pelo(a) contador(a), desde que no documento venha identificado o nome completo do(a) profissional, nº do Cadastro Nacional de Pessoa Física e o seu respectivo registro junto ao órgão de classe.

11.8.3.2.2 Se ficar comprovada a existência de setor de Recursos Humanos ou equivalente, as declarações emitidas por contadores conforme previsto no item 11.8.3.2.1 serão desvalidadas, acarretando, ainda a perda da pontuação.

11.8.3.3 Se o(a) candidato(a) não apresentar toda a documentação necessária à comprovação da experiência profissional, na data/hora e no local previsto no chamamento, não receberá a pontuação.

11.8.3.4 Se o(a) candidato(a) vier a apresentar algum dos documentos relacionados neste item e seus subitens em forma de recurso e/ou requerimento, será eliminado(a), quando se tratar da experiência mínima exigida e, nos demais casos, os documentos não serão validados para fins de pontuação pela Comissão de Seleção Especial, a fim de não ferir o Princípio da Isonomia, em relação aos demais candidatos(às) que apresentaram dentro do prazo.

11.8.4 Na prestação de serviços como empresário individual, Pequeno e Microempreendedor Individual – MEI e Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI (não pode Sociedade de Empresas):

11.8.4.1 Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) em que conste o nome do(a) candidato(a) como responsável pela empresa, acompanhado do extrato de contribuições emitido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que contenha *QR Code* e/ou código de verificação/validação.

11.8.4.2 As atividades econômicas principais e/ou secundárias descritas no CNPJ deverão estar relacionadas com o curso superior da área, se for o caso, para o qual o(a) candidato(a) está concorrendo.

11.8.4.3 Não será aceita comprovação de experiência profissional, na qualidade de sócio de sociedade empresária, inclusive, sociedade em cota de participação.

11.8.4.4 Se o(a) candidato(a) não apresentar toda a documentação necessária à comprovação da experiência profissional, na data/local/hora prevista no chamamento, não receberá a pontuação.

11.8.4.5 Se o(a) candidato(a) vier a apresentar algum dos documentos relacionados neste item e seus subitens em forma de recurso e/ou requerimento, será eliminado(a), quando se tratar da experiência mínima exigida e, nos demais casos, os documentos não serão validados para fins de pontuação pela Comissão de Seleção Especial, a fim de não ferir o Princípio da Isonomia, em relação aos demais candidatos(às) que apresentaram dentro do prazo.

11.8.5 Em órgão/instituição pública

11.8.5.1 Documento oficial emitido pelos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, em papel timbrado, com carimbo do órgão expedidor, datado e assinado pelo respectivo órgão de Gerência de Pessoas, que informe o período com data completa de início e fim, se for o caso, com a descrição detalhada das atividades desenvolvidas, exclusivamente, na especialidade em que estiver concorrendo, para fins de pontuação.

11.8.5.2 Caso o documento previsto no subitem 11.8.5.1 não especifique a atividade desenvolvida nem o período, faz-se necessário, apresentar simultaneamente, declaração do empregador, relacionando as atividades desempenhadas pelo(a) candidato(a), assim como o período.

11.8.5.3 Somente serão aceitas as declarações emitidas pelo setor de Recursos Humanos do órgão ou equivalente.

11.8.5.4 Em caso de candidato(a) militar da ativa, a declaração prevista no item 11.8.5.1 deverá ser assinada pelo Comandante ou Chefe da Seção de Pessoal da organização militar na qual serve.

11.8.5.4.1 Em caso de candidato(a) militar da reserva não remunerada, a declaração prevista no item acima está dispensada, desde que as informações previstas nas Folhas de Alterações descrevam de maneira pormenorizada, a comprovação da experiência profissional.

11.8.5.4.2 Caso as Folhas de Alterações não descrevam de maneira pormenorizada a experiência profissional do(a) candidato(a) militar da reserva não remunerada, a apresentação da declaração prevista no 11.8.5.4 se faz necessária, para fins de pontuação.

11.8.5.5 Se o(a) candidato(a) não apresentar toda a documentação necessária à comprovação da experiência profissional, na data/local/hora prevista no chamamento, não receberá a pontuação.

11.8.5.6 Se o(a) candidato(a) vier a apresentar algum dos documentos relacionados neste item e seus subitens em forma de recurso e/ou requerimento, será eliminado(a), quando se tratar da experiência mínima exigida e, nos demais casos, os documentos não serão validados para fins de pontuação pela Comissão de Seleção Especial, a fim de não ferir o Princípio da Isonomia, em relação aos demais candidatos(às) que apresentaram dentro do prazo.

11.9 Caso o candidato tenha experiência profissional desenvolvida na mesma empresa, instituição, órgão público ou contrato de prestação de serviços em períodos diversos/alternados, deverá cadastrar individualmente/separadamente cada período na Ficha de Inscrição, informando detalhadamente as funções exercidas, como também data de início e fim.

11.9.1 Quando se fizer necessária a apresentação das declarações previstas nos itens 11.8.1.2, 11.8.1.8, 11.8.2.1, 11.8.3.1 e 11.8.5.1, o candidato deverá apresentar uma declaração para cada período cadastrado, exceto, se o documento detalhar os respectivos períodos separadamente.

11.9.2 Ao informar a experiência profissional na Ficha de Inscrição, o(a) candidato(a) deverá cadastrar a Razão Social e o número CNPJ no caso de Pessoa Jurídica e o nome completo e o número do CPF da Pessoa Física para quem o(a) candidato(a) desempenhou a atividade.

11.10 Não será considerada para fins de pontuação, em hipótese nenhuma, a experiência com o trabalho voluntário, estágio, monitoria ou bolsa de estudo e/ou pesquisa.

11.11 Para fins de pontuação de experiência profissional, na área de ensino, somente serão aceitos e pontuados os períodos em que houve a participação como docente nas áreas em que concorrem e especificadas no Anexo N.

11.12 Cursos realizados no exterior deverão ter a validação do órgão de classe ao qual o(a) candidato(a) está vinculado(a), se for o caso, sendo que pós graduações Stricto Sensu deverá ser reconhecida por instituições de ensino nacionais (Lei nº 9.394, de 1996) para obter pontuação.

11.13 Os currículos entregues à Comissão de Seleção Especial (CSE) serão avaliados por uma equipe composta por militares especializados, conforme as áreas de atuação, constante do Anexo N deste Aviso. ATENÇÃO: o resultado das eventuais perdas de pontuação da Avaliação Curricular estará disponível no sítio www.11rm.eb.mil.br, por meio do link de acesso à inscrição, no período destinado à interposição de recursos.

11.14 Para os(as) candidatos(as) que concorrem a cargos que exigem qualificação profissional regulamentada por lei, é obrigatório o registro no respectivo conselho de profissionais, se houver.

11.14.1 Quando houver a necessidade da comprovação do registro profissional junto ao conselho de profissionais, será obrigatória a comprovação de regularidade junto ao órgão, a qual poderá ser feita por meio de declaração devidamente assinada, com firma reconhecida em cartório ou com assinatura eletrônica qualificada, nos termos da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, e Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

11.14.2 Para os(as) candidatos(as) que se enquadrem nos itens 11.14 e 11.14.1 e estiverem com registro profissional em outro estado, será obrigatório, no ato da incorporação, comprovar o registro, bem como a regularidade junto ao órgão de classe na unidade da federação onde ocorrerá (Avs Convç SvTT Nº 04-SSMR/11, de 18 JULHO 2022 - OTT (T I) 2022/2023..... Pag 91/91)

a incorporação (Distrito Federal, Goiás, Tocantins ou Minas Gerais), por meio de declaração devidamente assinada, com firma reconhecida em cartório ou com assinatura eletrônica qualificada, nos termos da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, e Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

11.14.3 Quando o conselho de classe relativizar, dispensar, excepcionar ou tornar facultativo o registro junto ao órgão sem a possibilidade de caracterizar exercício ilegal da profissão, o(a) candidato(a) deverá apresentar cópia da Norma que relativiza, dispensa, excepciona ou torna facultativo o registro ou declaração/certidão do respectivo conselho, com a devida justificativa.

12. ETAPA III

12.1 Inspeção de Saúde (IS)

12.2 A fim de se evitar gastos desnecessários, a orientação do Comando da 11ª Região Militar é que o(a) candidato(a) só deve providenciar os exames exigidos na Etapa III após o chamamento para a Inspeção de Saúde.

12.2.1 Serão chamados para a Etapa III e prosseguirão no processo seletivo os(as) candidatos(as) de maior pontuação na Validação da Avaliação Curricular (Etapa II).

12.3 A Inspeção de Saúde (IS) será realizada em locais, datas e horários conforme divulgação a ser veiculada no endereço eletrônico da 11ª Região Militar.

12.3.1 Via de regra, os(as) candidatos(as) realizarão a Inspeção de Saúde (IS) nas guarnições para onde se inscreveram, salvo nos casos previstos neste Aviso de Convocação e/ou se a Administração Militar emitir ordem em contrário.

12.4 O(A) candidato(a) deverá comparecer ao local trajando roupa de banho por baixo (sunga ou biquíni), a fim de permitir a adequada Inspeção de Saúde.

12.5 Somente os(as) candidatos(as) selecionados(as) para a Etapa III deverão apresentar os resultados dos exames originais e cópia, com laudo, relacionados a seguir, cuja realização será de sua responsabilidade e ônus, todos datados de no máximo, 01 (um) mês de antecedência do dia previsto para a Inspeção de Saúde:

12.6 Exames de Sangue:

12.6.1 Hemograma completo;

12.6.2 Tipagem sanguínea e fator Rh;

12.6.3 Coagulograma completo;

12.6.4. Colesterol total e frações;

12.6.5 Triglicerídeos;

- 12.6.6 Glicemia em jejum e Glicemia de 2 (duas) horas;
- 12.6.7 Ureia e creatinina;
- 12.6.8 TGO e TGP;
- 12.6.9 Antígeno Prostático Específico – PSA (apenas para candidatos do sexo masculino);
- 12.6.10 Teste de gravidez B-HCG sanguíneo (apenas para candidatas do sexo feminino);
- 12.6.11 Sorologia para sífilis: VDRL;
- 12.6.12 Sorologia para Doença de Chagas;
- 12.6.13 Sorologia para hepatite B (HbsAg e Anti-Hbc: IgG e IgM);
- 12.6.14 Sorologia para hepatite C; e
- 12.6.15 Sorologia para HIV;
- 12.7 Sumário de urina;
- 12.8 Parasitológico de fezes;
- 12.9 Colpocitologia oncótica (apenas para candidatas do sexo feminino);
- 12.10 Laudo de exame oftalmológico, com acuidade visual, fundoscopia, tonometria (medida de pressão ocular) e avaliação cromática, devendo constar, no caso de patologia oftalmológica, a receita médica e a prescrição de correção;
- 12.11 Audiometria com laudo;
- 12.12 Eletroencefalograma com laudo; e
- 12.13 Teste ergométrico com laudo.
- 12.14 Exames de imagem:
 - 12.14.1 Ecocardiograma com Doppler colorido com laudo;
 - 12.14.2 Ressonância Nuclear Magnética dos joelhos (bilateral) com laudo;
 - 12.14.3 Radiografia de coluna, três segmentos (cervical, torácica e lombar com laudo e ângulos (COBBS E FERGUSON) obrigatoriamente deverá conter os ângulos e laudos e as imagens virem separadas);
 - 12.14.4 Radiografia dos campos pleuropulmonares com laudo;
 - 12.14.5 Ultrassonografia mamária com laudo, apenas para candidatas do sexo feminino;
 - 12.14.6 Radiografia panorâmica das arcadas dentárias com laudo especializado; e
 - 12.14.7 Monitorização Ambulatorial da Pressão Arterial (MAPA) com laudo;
- 12.15 Exame de Aptidão Psicológica para Manuseio de Armas de Fogo realizado por psicólogos credenciados pela Polícia Federal, com parecer sobre a saúde mental do(a) candidato(a) em atividade que envolve o uso de armamento;

12.15.1 A lista das clínicas/psicólogos credenciados pela Polícia Federal pode ser consultada no sítio www.pf.gov.br.

12.16 Por ocasião da IS será realizado, às expensas do Exército Brasileiro:

12.16.1 Exame clínico odontológico; e

12.16.2 Poderá ser exigido Teste Toxicológico, para a detecção de drogas de uso ilícito a partir de amostras de materiais biológicos, a ser realizado em organização militar determinada pelo Comandante da 11ª Região Militar, mediante consentimento expresso do(a) candidato(a).

12.16.2.1 Antes da realização do teste, o(a) candidato(a) deverá autorizar expressamente a coleta de material para realização de exames toxicológicos (antidrogas), a qualquer tempo.

12.16.2.2 Será eliminado (a) do processo seletivo o(a) candidato(a) que não autorizar a realização do exame ou se negar a colher os materiais biológicos.

12.16.2.3 Caso o resultado do exame toxicológico seja positivo, o(a) candidato(a) será considerado (a) inapto (a), mas poderá solicitar a contraprova e repetir o teste, às expensas do Exército, na data prevista para a Inspeção de Saúde em Grau de Recurso.

12.16.2.4 A solicitação para a realização da repetição do exame deverá ser feita por meio de Recurso Administrativo, em até 03 (três) dias úteis, a partir do resultado da Inspeção da Saúde divulgada no sítio da 11ª Região Militar.

12.16.2.5 Após a repetição do exame, se o resultado for negativo, o(a) candidato(a) será considerado(a) apto(a) e prosseguirá no processo seletivo.

12.16.2.6 Caso resultado do reteste for positivo, o(a) candidato(a) será eliminado(a) do certame, devido à incompatibilidade com o exercício do cargo e com as exigências subjetivas indispensáveis ao seu desempenho.

12.17 Por ocasião da Inspeção de Saúde (IS) ou Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR), poderão ser exigidos exames complementares, caso necessário, mediante justificativa.

12.18 São causas de incapacidade, por motivo de saúde, as patologias existentes previstas no Decreto nº 703, de 22 de dezembro de 1992, que altera as Instruções Gerais para a Inspeção de Saúde de Conscritos nas Forças Armadas (IGISC), aprovadas pelo Decreto nº 60.822, de 7 de junho de 1967, e alteradas pelo Decreto nº 63.078, de 5 de agosto de 1968; e no Anexo K e Volume XIV das Normas Técnicas sobre Perícias Médicas no Exército – NTPMEx, aprovadas pela Portaria nº 306-DGP, de 13 de dezembro de 2017.

12.19 Ainda, será considerado incapaz ao (IS) e (ISGR) Exame Médico o(a) candidato(a) que apresentar:

12.19.1 Índice de Massa Corpórea (IMC) igual ou superior a 30, sendo caracterizado como Obesidade, conforme critérios da Organização Mundial de Saúde (OMS), quando associado a sinais clínicos de obesidade patológica, como por exemplo: a presença de Síndrome Metabólica (que é caracterizada pela presença de três ou mais fatores: menção da circunferência da cintura for superior a 88 cm na mulher e 102 cm no homem; HDL < ou igual a 40mg/dl em homens e < ou igual a 50mg/dl em mulheres; Triglicerídeos > ou igual a 150mg/dl; Pressão sanguínea > ou igual a 135/85mmHg ou se estiver utilizando algum medicamento para reduzir a pressão arterial; glicose > ou igual a 110mg/dl) ou a presença de sinais de gordura visceral quando circunferência da cintura for superior a 102 cm no homem e superior a 88 cm na mulher, ou a presença de esteatose hepática; ou Índice de Massa Corpórea (IMC) abaixo de 18,5, sendo caracterizado como Abaixo do Peso, pela OMS.

12.19.2 Para candidatos do sexo masculino: altura inferior a 1,60 m, candidatas do sexo feminino: altura inferior a 1,55 m;

12.19.3 Doenças do Metabolismo e Sistema Endócrino: Diabetes Insipidus; Pré diabetes; Resistência à insulina; Síndrome Metabólica; Hipertireoidismo; Hipotireoidismo rebelde ao tratamento; Erros Inatos do Metabolismo;

12.19.4 Doenças do Sistema Hematopoiético: Hemoglobinopatia, Hemoglobina menor ou igual a 12g/dl, Hemofilia, Púrpura, Anticoagulação e outros Distúrbios da Coagulação Sanguínea ;

12.19.5 Doenças Genéticas: qualquer Síndrome Genética;

12.19.6 Doenças Psiquiátricas: Transtornos Depressivos Recorrentes; Transtornos de Adaptação; Transtorno Afetivo Bipolar; Esquizofrenias.

12.19.7 Doenças Neurológicas: Epilepsias em uso de medicação (em vigência de tratamento); Distúrbios da Fala (afasia, disartria, anartria); Paralisia Facial, quando persistente e incompatível com a função militar;

12.19.8 Doenças do Aparelho Visual: Ceratocone; Estrabismo com desvio superior a 10º; Catarata; Glaucoma; Distúrbios de Refração: Miopia Acentuada (acima de 6 graus), Astigmatismo Acentuado (acima de 3 graus), Hipermetropia (acima de 6 graus), Associação entre estas condições;

12.19.9 Doenças do Aparelho Auditivo: Audiometria: audibilidade inferior a 35 dB (decibéis) em um ou ambos os ouvidos, separadamente, nas frequências que variam de 250 a 6000Hz; e

12.19.10 Doenças do Aparelho Circulatório: Síndrome Dislipidêmica com estratificação de risco cardiovascular intermediário a alto ou muito alto, conforme Escore de Risco Global (ERG) de Framingham.

12.20 Quanto à estratificação de risco Cardiovascular (CV):

12.20.1 Risco Muito Alto: indivíduos que apresentam doença aterosclerótica significativa (>50% de obstrução), com ou sem sintomas clínicos, em território: coronário, cerebrovascular ou vascular periférico;

12.20.1.1 Risco Alto: ERG>20% em homens. ERG>10% em mulheres. Aterosclerose subclínica documentada. Aneurisma de Aorta abdominal. Doença Renal Crônica. Pacientes com LDL-c \geq 190 mg/dL. Diabetes tipo I ou 2, com LDL-c entre 70 e 189 mg/dL e presença de Estratificadores de Risco (ER) ou Doença Aterosclerótica Subclínica (DASC); e

12.20.1.2 Risco Intermediário: ERG entre 5 e 20% no sexo masculino e entre 5 e 10% no sexo feminino. Portadores de Diabetes Mellitus (DM) sem critérios de DASC ou a presença dos ER.

12.20.2 Quanto às Dislipidemias:

12.20.2.1 Hipercolesterolemia Familiar: condição genética caracterizada por níveis muito elevados de LDL-C. Indivíduos adultos com valores de Colesterol Total (CT) \geq 310mg/dL;

12.20.2.2 Níveis classificados como alto ou muito alto de CT, LDL-C, TG e Colesterol não-HDL: CT maior ou igual a 240mg/dL e/ou LDL-C maior ou igual a 160mg/dL e/ou TG maior ou igual a 200mg/dL e/ou Colesterol não-HDL maior ou igual a 160mg/dL; e

12.20.2.3 Níveis de HDL-C: menor que 40 mg/dL.

12.20.2.4 Embolias; Tromboses; Síndrome Pós Covid;

12.21 Doenças do Aparelho Digestivo: Colelitíase; Doenças de Crohn; Retocolite Ulcerativa; Diverticulite; Hepatopatias Ativas ou Crônicas; Hepatopatias que cursem com Provas de Função Hepática alteradas;

12.22 Doenças do Aparelho Gênit-Urinário: Síndrome Nefrítica Aguda;

12.23 Doenças da Pele: Vitiligo (em qualquer localização, forma e tamanho), Varizes Extensas; Hanseníase; Doenças Desencadeadas ou Agravadas pela exposição à Luz Solar;

12.24 Doenças do Sistema Osteomuscular e Tecido Conjuntivo:

12.24.1 Lesões Osteoarticulares como Condromalácia ou Condropatia que sejam Moderadas ou Graves (de Graus III ou IV) em um ou ambos os joelhos; Transtornos da patela (rótula);

12.24.2 Lesão atual ou prévia Completa ou Incompleta de qualquer dos Ligamentos do Joelho ou Estiramento deles;

12.24.3 Presença de Cisto Poplíteo ou cisto de Backer volumoso, roto, comunicante, ou associado a limitação funcional;

12.24.4 Gonartrose;

12.24.5 Rotura Atual ou Prévia, Completa ou Incompleta de qualquer dos Meniscos;

12.24.6 Meniscose;

12.24.7 Encondroma e Osteocondroma;

12.24.8 Fibromialgia:

12.24.9 Discopatia, Protusão Discal; Hipoplasia de Disco; Hérnia de Disco; Degeneração de Estrutura Vertebral qualquer que seja;

12.24.10 Presença de sinais de Artrose; Uncoartrose; Osteofitose; Sinais de Redução do Espaço Discal; Anterolistese; Retrolistese; Deslizamento lateral de vértebra; Espondilólise; Espondilolistese; Anquilose ; Malformações ósseas e ósteo-articulares;

12.24.11 Fraturas.

12.25 Quaisquer patologias que sejam consideradas pela perícia médica militar, incompatíveis com o Serviço Militar e/ou com o desempenho das funções militares;

12.25.1 Caso considere necessário, por ocasião da IS, o(a) candidato(a) poderá, espontaneamente, apresentar radiografias/exames/laudos diversos dos listados no item 12.5 e seus subitens, não obtendo nenhum tipo de vantagem em decorrência da referida apresentação e permanecendo obrigado (a) a apresentar todos os exames listados neste Aviso de Convocação.

12.26 O(A) candidato(a) que não apresentar todos os exames médicos complementares exigidos, até a data fixada pela CSE, para a Inspeção de Saúde, será considerado eliminado do processo seletivo.

12.27 A existência de tatuagem no corpo do(a) candidato(a) que faça alusão à ideologia terrorista ou extremista, contrária às instituições democráticas, à violência, à criminalidade, à ideia ou a ato libidinoso, à discriminação ou a preconceito de raça, credo, sexo ou origem ou, ainda, à ideia ou a ato ofensivo às Forças Armadas, configura-se motivo para eliminação do(a) candidato(a) ao Serviço Militar Temporário.

12.28 Mulheres gestantes não podem ser incorporadas ao Estágio de Serviço Técnico (EST), devido às atividades militares a serem desenvolvidas, observando-se que:

12.28.1 Caso seja chamada para a IS alguma candidata gestante, ou puérpera até 6 meses, esta não prosseguirá no processo seletivo, no caso de novas convocações; entretanto, no prazo de validade do mesmo certame, a candidata gestante preterida, cessado o impedimento causado pela gravidez, tem precedência sobre os(as) candidatos(as) remanescentes, devendo realizar a IS, observados todos os requisitos para a Incorporação.

12.28.2 A candidata gestante preterida, cessado o impedimento causado pela gravidez, pode retornar ao processo seletivo imediatamente subsequente, e, para isso:

12.28.3 Deve se inscrever no certame imediatamente posterior, o que caracteriza sua intenção de retornar ao processo de seleção, não lhe sendo exigido o pagamento de nova taxa de inscrição, caso cobrada; e

12.28.4 Não se submete à nova avaliação curricular/teste de conhecimentos e tem precedência sobre os(as) demais candidatos(as), para a mesma área e mesma Guarnição, postulados no certame anterior, observados todos os requisitos para a Incorporação; entretanto EAF e IS são obrigatórios.

12.29 Caso o(a) candidato(a) já pertença ao serviço ativo do Exército, os exames complementares serão substituídos pela Ata de Inspeção de Saúde para Permanência no Serviço Ativo válida, com parecer apto, acompanhado da cópia do Boletim da Organização Militar que publicou a referida ata, por força da previsão do parágrafo 3º do artigo 116 da Portaria 046 – DGP, de 12 de março de 2012.

12.30 O médico perito de Saúde poderá, motivadamente, desconsiderar a Ata de Inspeção de Saúde para Permanência no Serviço Ativo, citada no item 12.29, e solicitar no todo, ou em parte, os exames exigidos para os(as) candidatos(as) civis. O(s) motivo(s) da desconsideração, caso ocorrer, deverá(ão) estar contidos na Ficha de Avaliação do(a) Candidato(a).

12.31 O(A) candidato(a) será considerado desistente e eliminado da seleção se, mesmo por motivo de força maior:

12.31.1 Faltar à Inspeção de Saúde (IS) ou à Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR);

12.31.2 Deixar de apresentar todos os laudos e exames médicos complementares exigidos, até a data fixada pela CSE, para a Inspeção de Saúde (IS) ou para a Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR); ou

12.31.3 Não concluir a Inspeção de Saúde (IS) ou a Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR).

12.32 A Inspeção de Saúde possui caráter eliminatório.

12.33 O(A) candidato(a), antes da sua incorporação, no período destinado às medidas administrativas será submetido a uma a uma entrevista e uma Visita médica na Organização Militar da primeira fase, do respectivo estágio. No caso de detecção de alguma alteração clínica, que comprometa a incorporação, o(a) candidato(a) poderá ser encaminhado (a) para Inspeção de Saúde em Grau de Recurso, por solicitação da Administração Militar, visando à ratificação ou retificação do parecer anteriormente emitido e demais providências decorrentes.

13. ETAPA IV

13.1 Exame de Aptidão Física (EAF)

13.2 Serão chamados para a Etapa IV e prosseguirão no processo seletivo os(as) candidatos(as) de maior pontuação na Validação da Avaliação Curricular (Etapa II) que foram considerados aptos na Inspeção de Saúde (Etapa III), conforme a necessidade da 11ª Região Militar.

13.3 O(A) candidato(a) deverá comparecer em data, local e horário a serem divulgados no sítio 11ª Região Militar, trajando calça, camisa com manga e calçados fechados e, ainda, portar roupa apropriada para a prática de atividade física.

ATENÇÃO: antes da execução das atividades, o(a) candidato(a) será conduzido(a) ao vestiário para que possa se trocar.

13.4 O Exame de Aptidão Física possui caráter eliminatório, constituindo-se em mera avaliação das condições mínimas de higidez física dos(as) candidatos(as). Em caso de posterior Incorporação, será exigido padrão de aptidão física superior, de acordo com a legislação específica do Comando do Exército que regula os Testes de Avaliação Física (TAF), realizados três vezes ao ano.

13.4.1 Caso o(a) candidato(a) logre êxito em todas as etapas do processo seletivo e seja, posteriormente, convocado(a) para Incorporação realizará semanalmente o Treinamento Físico Militar (TFM), sendo-lhe exigido padrão de aptidão física superior, de acordo com a legislação em vigor do Comando do Exército, que regula os Testes de Avaliação Física (TAF), realizados três vezes ao ano, com índices que podem variar de acordo com a idade do militar, por exemplo:

Segmento	Corrida	Abdominal	Flexão de Braços	Flexão na barra
Masculino	2300 a 3200	35 a 74	18 a 39	3 a 12
Feminino	1750 a 2600	27 a 67	13 a 35	-

13.4.2 Ressalta-se que a suficiência nos Testes de Avaliação Física (TAF), realizados ao longo do ano constitui condição sine qua non para a avaliação dos militares, bem como para o deferimento da prorrogação/prorrogações sucessivas.

13.5 O estado de gravidez deverá ser, obrigatoriamente, comunicado pela candidata ao Chefe da Comissão de Aplicação do Exame de Aptidão Física. Problemas decorrentes da não comunicação serão da responsabilidade exclusiva da candidata.

13.6 Não haverá 2ª Chamada para o Exame de Aptidão Física (EAF).

13.7 O EAF será gravado e o respectivo registro será conservado até 01 (um) ano após o final do certame.

13.8 Durante a realização do Exame de Aptidão Física, será permitido executar 02 (duas) tentativas, em cada uma das tarefas, com intervalos de uma hora para descanso, excetuando-se a tarefa de corrida de 12 (doze) minutos, que deverá ser realizada com intervalo mínimo de 01 (um) dia.

13.9 o(a) candidato(a) reprovado, mesmo após as duas tentativas, em qualquer uma das tarefas, tem direito a uma última tentativa, em data determinada pela Comissão de Aplicação do Exame de aptidão física.

13.9.1 Para a realização da tentativa prevista no item 13.9, o(a) candidato(a) deve solicitá-la, por escrito, ao chefe da Comissão de Aplicação do Exame de Aptidão Física.

13.9.2 A solicitação prevista no subitem 13.9.1 deverá ser entregue no mesmo turno, local e dia, em que o(a) candidato(a) tenha sido considerado inapto na segunda tentativa.

13.9.3 A terceira e última tentativa referente ao item 13.9 deverá ser marcada pela Comissão de Aplicação do Exame de Aptidão Física a partir do dia seguinte à data da solicitação.

13.10 No endereço eletrônico da 11ª Região Militar, encontram-se vídeos apresentando a correta execução de cada exercício físico exigido no processo de seleção.

13.11 A aptidão física será expressa pelo conceito Apto ou Inapto, conforme as condições de execução e índices mínimos discriminados.

13.12 Aos(Às) candidatos(as) que já pertençam ao serviço ativo do Exército bastará a comprovação do conceito mínimo “B” no último TAF, desde que efetivamente realizado pelo(a) candidato(a) há menos de 90 (noventa) dias da data prevista para a realização do EAF.

13.12.1 Não será aceita a comprovação de conceito obtido por meio de “repetição do resultado do TAF anterior”, prevista no caso de incapacidade física temporária do militar.

13.12.2 A comprovação mencionada no item 13.12 dar-se-á mediante DIEx do Comandante da OM, endereçado ao Chefe do Estado-Maior da 11ª Região Militar encaminhando cópia autenticada da folha do Boletim Interno (BI), no qual foi publicado o referido conceito, e deverá ser entregue, pessoalmente, pelo(a) candidato(a) na CSE, em data/hora prevista para a realização do EAF.

13.13 Caso o(a) candidato(a) militar não atenda ao exigido nos subitens 13.12.1 e 13.12.2, será submetido às mesmas tarefas, na mesma data, que os(as) demais candidatos(as), na data/hora prevista para a realização do EAF.

13.14 As tarefas estabelecidas para o EAF são realizadas pelo(a) candidato(a) com traje esportivo, em movimentos sequenciais padronizados, de forma contínua e execução, segundo a legislação em vigor no Comando do Exército.

13.14.1 Flexão de braços sobre o solo, sem limite de tempo

13.14.1.1 Para candidatos do sexo masculino:

13.14.1.1.1 posição inicial: o(a) candidato(a) deverá tomar a posição com apoio de frente sobre o solo, braços e pernas estendidos; e

13.14.1.1.2 execução: o(a) candidato(a) deverá realizar sucessivas flexões de braço, sem qualquer interrupção, no seu ritmo próprio, retornando à posição inicial, sem que o tronco e os joelhos toquem no solo, devendo a linha dos cotovelos ultrapassar o plano superior das costas.

13.14.1.2 Para candidatas do sexo feminino:

13.14.1.2.1 Posição inicial: a candidata deverá tomar a posição com apoio de frente sobre o solo, utilizando-se das mãos e dos joelhos, mantendo os cotovelos estendidos e joelhos unidos; e

13.14.1.2.2 Execução: a candidata deverá flexionar e estender os cotovelos, realizando sucessivas flexões de braço, sem qualquer interrupção, no seu ritmo próprio, retornando à posição inicial, mantendo o apoio dos joelhos no solo, devendo a linha dos cotovelos ultrapassar o plano superior das costas.

13.14.2 Abdominal supra, sem limite de tempo (para ambos os sexos)

13.14.2.1 Posição inicial: o(a) candidato(a) deverá tomar a posição deitado em decúbito dorsal, joelhos flexionados, pés apoiados no solo, calcanhares próximos aos glúteos, braços cruzados sobre o peito, de forma que as mãos encostem no ombro oposto (mão esquerda no ombro direito e vice-versa). O avaliador deverá colocar-se ao lado do avaliado, posicionando os dedos de sua mão espalmada, perpendicularmente, sob o tronco deste, a uma distância de quatro dedos de sua axila, tangenciando o limite inferior da escápula (omoplata). Essa posição deverá ser mantida durante toda a realização do exercício.

13.14.2.2 Execução: o(a) candidato(a) deverá realizar a flexão abdominal até que as escápulas percam o contato com a mão do avaliador e retornar à posição inicial, quando será completada uma repetição. Cada candidato(a) deverá executar o número máximo de flexões abdominais sucessivas, no seu ritmo próprio, sem interrupção do movimento e sem limite de tempo, não podendo retirar os quadris do solo nem obter impulso com os braços ao afastá-los do tronco.

13.14.3 Corrida livre, no tempo de 12 (doze) minutos (para ambos os sexos)

13.14.3.1 Local: em pista ou circuito de piso regular e predominantemente plano; e

13.14.3.2 Execução: partindo da posição inicial de pé, o(a) candidato(a) deverá correr ou andar, no tempo de 12 (doze) minutos, podendo haver ou não interrupções ou modificações do ritmo de corrida, sendo proibido acompanhar o(a) executante para ajudá-lo(a), por quem quer que seja e, em qualquer momento da prova. Admitem-se eventuais paradas ou a execução de trechos em marcha.

13.15 As tarefas serão realizadas em 02 (dois) dias consecutivos e na ordem abaixo especificada, estabelecendo-se os seguintes índices mínimos:

Segmento	1º Dia		2º Dia
	Flexão de Braços	Abdominal Su- pra	Corrida (12 Minutos)
Masculino	10 (dez)	20 (vinte)	1.800 (mil e oitocentos) me- tros
Feminino	6 (seis)	14 (quatorze)	1.600 (mil e seiscentos) me- tros

14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1 Após cada etapa do processo seletivo, será divulgado no sítio www.11rm.eb.mil.br o resultado, a pontuação e a classificação dos(as) candidatos(as). Os(As) candidatos(as) poderão interpor recursos administrativos em um prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do dia seguinte à divulgação do resultado.

14.2 Os recursos administrativos interpostos deverão ser apresentados em duas vias e preenchidos de acordo com o Anexo L.

14.3 Os recursos deverão conter:

14.3.1 nome completo e o “código do(a) candidato(a)” (constante da ficha de inscrição);

14.3.2 endereço;

14.3.3 número do CPF;

14.3.4 objeto do recurso; e

14.3.5 exposição fundamentada a respeito dos problemas verificados.

14.4 Os recursos administrativos devem ser endereçados ao Comandante da 11ª Região Militar.

14.5 A entrega do Recurso Administrativo deverá ser protocolizada pessoalmente, ou por meio de procurador legalmente constituído para este fim, na guarnição onde o(a) candidato(a) concorre, nos endereços abaixo relacionados:

Guarnição	Organização Militar (OM)	Endereço	Local e Horário
Brasília - DF	Comando da 11ª Região Militar	Avenida do Exército, S/N, QG do Comando Militar do Planalto/ 11ªRM, Setor Militar Urbano (SMU) – Brasília DF	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30min e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)
Araguari - MG	2º Batalhão Ferroviário	Rua Professora Lourdes Naves nº 750, Bairro Santo Antônio – Araguari MG	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª feira, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h45 e na 6ª feira, das 08h às 11h45)

14.6 O horário de funcionamento dos protocolos é o mesmo constante da tabela acima.

14.7 No caso de recursos quanto ao resultado da Inspeção de Saúde:

14.7.1 O(A) candidato(a) julgado(a) incapaz na Inspeção de Saúde (IS) poderá, a seu critério, requerer Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR), num prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do dia seguinte à divulgação do resultado da inspeção no sítio www.11rm.eb.mil.br. Destaque-se que essa solicitação será analisada pela área médica, podendo ser deferida ou não.

14.7.2 O(a) candidato(a) deverá, obrigatoriamente, fundamentar o seu pedido por exposição de motivos e pela apresentação de documentação (laudos, exames, pareceres etc.) que justifique sua discordância quanto ao resultado da Inspeção de Saúde.

14.7.3 O(a) candidato(a) deverá apresentar-se na Junta de Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (JISR), que funcionará na cidade de Brasília (DF) em data a ser marcada oportunamente, a fim de ser realizada nova inspeção de saúde.

14.7.4 Toda a documentação (laudos, exames, pareceres etc.) apresentada à JISR, no momento da Inspeção de Saúde em Grau de Recurso, deverá ser original e em cópia.

14.7.5 O(a) candidato(a) também deverá portar todos os exames/laudos apresentados por ocasião da IS.

14.7.6 Não serão considerados os recursos formulados fora do prazo ou que não contenham os elementos indicados no presente item deste Aviso.

14.7.7 Não serão aceitos recursos por via postal, fax ou pela internet.

14.7.8 O(a) candidato(a), no período destinado à interposição de recursos previsto no item 10 e seus subitens, terá acesso à sua Ficha de Avaliação, para verificar/questionar a Validação da Avaliação Curricular, a Inspeção de Saúde e o Exame de Aptidão Física, e se for o caso, contrapor-se a eles.

14.7.9 A consulta descrita no item acima poderá ser realizada através do sítio www.11rm.eb.mil.br.

14.7.9.1 É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) realizar o acompanhamento das informações inseridas na Ficha de Avaliação.

14.7.9.2 O resultado dos eventuais Recursos Administrativos será publicado no sítio www.11rm.eb.mil.br, de acordo com o previsto no Anexo A.

15. DAS CAUSAS DE ELIMINAÇÃO DO(A) CANDIDATO(A)

15.1 O(A) candidato(a) será eliminado(a) da seleção se não atender às prescrições deste Aviso de Convocação, sobretudo, as listadas nos subitens abaixo.

15.2 Não pagar a taxa de inscrição no prazo previsto, se dela não estiver isento(a).

15.3 Não possuir currículo disponível na Plataforma *Lattes*; e

15.4 Atrasar-se ou faltar a qualquer das atividades previstas no processo seletivo e disponibilizadas no sítio da 11ª Região Militar www.11rm.eb.mil.br.

15.5 Caberá ao candidato(a) a responsabilidade de acompanhar os avisos, esclarecimentos, chamamentos e publicações disponibilizados no sítio da 11ª Região Militar até o encerramento do referido processo seletivo.

15.6 Não apresentar os documentos especificados nos itens relacionada nos subitens 10.9.1, 10.9.2 (se for o caso), 10.9.3, 10.9.5, 10.9.6, 10.9.7, 10.9.8, 10.9.9, 10.9.10 (segmento feminino), 10.9.11, 10.9.12 (somente militar temporário da ativa), 10.9.14, 10.9.15, 10.9.16, 10.9.17, 10.9.18, 10.9.19, 10.9.20, 10.9.21 (se for o caso), 10.9.22, 10.9.24 (candidato (a) Oficial da Ativa ou da reserva não remunerada), 10.9.25 (somente Oficial da reserva não remunerada), 10.9.26 (somente praças da reserva não remunerada), 10.9.27 (somente segmento masculino dispensado do Serviço Militar Obrigatório), 10.9.28 (se for o caso), 10.9.29 (se for o caso), 10.9.30 (quando houver), 10.9.30.1 (quando houver), 10.9.30.2 (quando houver), 10.9.30.3 (se for o caso),

10.9.30.4 (se for o caso), 10.9.30.5 (se for o caso), 10.9.31, 10.9.31.1, 10.9.31.2, 10.9.31.6, 10.9.39 (se for o caso), 10.9.39.2 (se for o caso) e 10.9.39.3 (se for o caso).

15.6.1 Se o(a) candidato(a) deixar de apresentar algum dos documentos relacionados no subitem 15.7 estará eliminado(a) do processo seletivo;

15.7.2 Se o(a) candidato(a) vier a apresentar algum dos documentos relacionados no item/subitem anterior em forma de Recurso, continuará eliminado(a), a fim de não ferir o Princípio da Isonomia, em relação aos(às) demais candidatos(as) que apresentaram dentro do prazo.

15.8 Faltar a qualquer fase/chamamento do Processo Seletivo;

15.9 Não apresentar os laudos dos exames, no todo ou em parte, por ocasião da Inspeção de Saúde e/ou da Inspeção de Saúde em Grau de Recurso;

15.10 Não concluir a Inspeção de Saúde ou a Inspeção de Saúde em Grau de Recurso;

15.11 Agir com incorreção ou descortesia para com qualquer membro da equipe encarregada da aplicação dos exames e testes;

15.12 Utilizar ou tentar utilizar meios não permitidos, fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros em quaisquer etapas do processo seletivo;

15.13 For responsável por falsa identificação pessoal;

15.14 Praticar ou tentar praticar ato que provoque distúrbio ou prejuízo ao bom andamento do presente processo seletivo;

15.15 Não comprovar o registro no respectivo conselho ou ordem de profissionais, quando candidato(a) a cargo que exige qualificação profissional regulamentada por Lei, quando existir e quando for exigido pelos retromencionados órgãos;

15.16 Ter sido licenciado conforme prescrevem os incisos I, III, IV, V e VIII do artigo 169 da Portaria nº 046 - DGP, de 27 de março de 2012, Normas Técnicas para Inscrição, Seleção, Convocação, Distribuição e Prestação do Serviço Militar Temporário – EB30-N-30.009.

15.17 O(A) candidato(a) que faltar ao EAF, não vier a completá-lo ou chegar após o início da primeira tarefa do dia, mesmo que por motivo de força maior, é considerado desistente e eliminado da seleção.

15.18 Com o propósito de verificar se o(a) candidato(a) preenche os requisitos de idoneidade moral e de bons antecedentes de conduta para o ingresso no Exército Brasileiro, será feita uma verificação biográfica, por meio de consultas às Secretarias de Segurança Pública Estaduais, às Superintendências Regionais do Departamento de Polícia Federal, entre outros órgãos.

15.18.1 A verificação biográfica poderá ser realizada ao final de cada etapa do processo seletivo.

15.18.2 Se durante a verificação biográfica, for constatado que o(a) candidato(a) não preenche os requisitos de idoneidade moral e bons antecedentes de conduta, este(a) será eliminado(a) do processo seletivo.

15.18.3 Cabe ressaltar, que durante todo o processo seletivo, o(a) candidato(a) poderá ser eliminado(a) se não atender aos requisitos de idoneidade moral e boa conduta.

15.19 Não atender às prescrições do presente Aviso.

15.20 A(O) candidato(a) que apresentar documento falso, inidôneo ou firmar declaração falsa no âmbito deste processo seletivo, terá sua inscrição e todos os atos dela decorrentes anulados e estará sujeito às sanções previstas em lei.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 O(A) candidato(a) deverá assinar a lista de presença, onde deverá constar data, hora e identificação do militar responsável pelo atendimento, em todas as etapas do processo seletivo, de acordo com a assinatura constante do seu documento de identificação oficial com foto, sendo vedada a rubrica.

16.2 A divulgação oficial a respeito de datas, locais e horários de realização das etapas deste processo seletivo dar-se-á exclusivamente no sítio www.11rm.eb.mil.br.

16.3 Para outras informações relevantes que porventura não constem neste Aviso, o(a) candidato(a) deverá enviar solicitação para o e-mail faleconoscoescpes@11rm.eb.mil.br informando, obrigatoriamente, os seguintes dados, sob pena de não ter a solicitação atendida:

16.3.1 nome completo;

16.3.2 número do CPF;

16.3.3 número de inscrição do(a) candidato(a) no processo seletivo (obrigatório apenas para os inscritos que já tenham realizado inscrição);

16.3.4 área de Interesse/Especialização/MBA para a qual está inscrito(a) ou pretende se inscrever (conforme consta no Anexo N deste Edital e na própria Ficha de Inscrição Eletrônica);

16.3.5 o item ou subitem do Aviso de Seleção, objeto da solicitação de informação;

16.3.6 Não serão atendidas solicitações por intermédio de ligações telefônicas ou qualquer outro meio, que não seja o e-mail [\[faleconoscoescpes@11rm.eb.mil.br\]](mailto:faleconoscoescpes@11rm.eb.mil.br).

16.4 O Serviço Técnico Temporário prestado sob a forma do Estágio de Serviço Técnico (EST), e as prorrogações de tempo de serviço subsequentes não poderão ser cumulativos com qualquer cargo, emprego ou função pública, ainda que da administração pública indireta, exceto nos casos previstos na Constituição Federal de 1988.

16.5 O(a) candidato(a), antes da sua incorporação, no período destinado às medidas administrativas será submetido a uma a uma entrevista visita médica na organização militar da primeira fase, do respectivo estágio. No caso de detecção de alguma alteração clínica, que comprometa a incorporação, o(a) candidato(a) poderá ser encaminhado (a) para Inspeção de Saúde em Grau de Recurso, por solicitação da Administração Militar, visando à ratificação ou retificação do parecer anteriormente emitido e demais providências decorrentes.

16.5.1 Qualquer alteração clínica detectada posteriormente à Visita Médica, que seja incompatível com as regras editalícias, poderá ser causa de eliminação do(a) candidato.

16.6 Mulheres gestantes não podem ser incorporadas para a realização dos Estágios devido às atividades militares a serem desenvolvidas.

16.7 O Estágio de Serviço Técnico (EST) inicia-se na data de Incorporação constante do Anexo A e será realizado nas seguintes condições:

16.7.1 1ª Fase: destinada à absorção de conhecimentos militares relativos à Instrução Individual Básica, com duração média de 45 (quarenta e cinco) dias, em organização militar do Exército Brasileiro, a ser designada em data oportuna; e

16.7.2 2ª Fase: destinada à aplicação de conhecimentos técnico-profissionais a ser realizada nas organizações militares para as quais os estagiários tenham sido convocados.

16.8 Em razão da natureza militar da atividade a ser desempenhada pelos(as) convocados(as) e da conseqüente necessidade de capacidade física compatível, não serão reservadas vagas aos portadores de necessidades especiais, conforme o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

16.9 O militar temporário do Exército poderá participar do processo seletivo. Para isso, deverá realizar a inscrição e, se classificado em todas fases e venha a ser convocado para Incorporação, deverá aguardar o licenciamento ex officio, de acordo com inciso X do artigo 169 da Portaria nº 046-DGP, de 27 de março de 2012, se ainda estiver em vigência a última prorrogação de tempo de serviço solicitada. Caso logre êxito em processo seletivo do Exército, Marinha ou Aeronáutica, o militar temporário poderá solicitar, até a data imediatamente anterior ao início do próximo período requerido, para tornar sem efeito o requerimento de prorrogação de tempo de serviço protocolado, e poderá ser licenciado de acordo com o previsto na inciso II do artigo 169 da Portaria nº 046-DGP, de 27 de março de 2012.

16.10 Caso haja ascensão hierárquica em relação ao grau hierárquico anterior, a incorporação deve ocorrer na segunda semana da 1ª fase do respectivo estágio.

16.11 Caso não haja ascensão hierárquica em relação ao grau hierárquico anterior, a incorporação deve ocorrer no início da 2ª fase do respectivo estágio.

16.12 os(as) candidatos(as) servidores(as) ou empregados(as) públicos(as) de qualquer dos entes da Administração Pública direta, indireta, autarquia ou fundacional, deverão desligar-se dos respectivos órgãos, antes da data da Incorporação prevista, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal.

16.13 Não fica assegurado aos militares incorporados o retorno ao emprego anterior, quando do seu licenciamento, haja vista a voluntariedade da prestação do Serviço Técnico Temporário.

16.14 Os Oficiais Técnicos Temporários são militares cuja permanência é transitória, portanto, não podem adquirir estabilidade.

16.15 Os Oficiais Técnicos Temporários estão sujeitos, no que for aplicável, a todas as leis e regulamentos militares.

16.16 Salvo em caso de desistência, os(as) candidatos(as) que não forem convocados para os Estágios de Serviço Técnico poderão retirar a documentação apresentada por ocasião da avaliação curricular, no período previsto no Anexo A. Após essa data, os currículos que não foram retirados serão destruídos.

16.16.1 O(A) candidato(a) que retirar a documentação citada acima antes da data prevista no Anexo A será excluído da seleção e, no caso de novas convocações em caráter extraordinário por decisão do Comando da 11ª Região Militar, não poderá retornar ao processo seletivo.

16.17 A seleção para os Estágios de Serviço Técnico poderá ser revogada a qualquer momento, por conveniência administrativa.

16.18 Quaisquer irregularidades nos documentos apresentados eliminarão o(a) candidato(a) do processo seletivo. Se identificadas posteriormente à Incorporação, acarretarão a anulação desta. Assim sendo verificada a irregularidade, os efeitos da inabilitação retroagirão à inscrição do(a) candidato(a) e este(a) não fará jus a nenhum tipo de reparação. Os responsáveis pela irregularidade estarão sujeitos ainda às sanções administrativas, cíveis e penais.

16.19 O prazo de validade deste processo seletivo será até a data imediatamente anterior ao início das inscrições do próximo certame.

16.20 A candidata gestante deverá apresentar declaração de próprio punho informando o estado de gravidez, bem como exames que comprovem o período gestacional no protocolo da 11ªRM.

16.21 O(a) candidato(a) assume total responsabilidade da leitura integral e do conhecimento pleno deste Aviso de Seleção, bem como do acompanhamento das publicações dos resultados e dos comunicados divulgados no sítio www.11rm.eb.mil.br.

16.22 Para fins de concessão do Adicional de Habilitação, faz-se necessário obedecer às regras previstas na Portaria nº 086/GM-MD, de 22 de setembro de 2020, e na Portaria – C Ex nº 1.443, de 7 de janeiro de 2021.

16.22.1 Os cursos do sistema de ensino civil, não darão direito ao adicional de habilitação, nos moldes da Portaria – C Ex nº 1.443, de 7 de janeiro de 2021.

16.22.2 Os militares temporários realizarão apenas o curso de formação e estágios equivalentes.

16.22.3 Excepcionalmente, devidamente fundamentado e, por ordem da autoridade competente, os oficiais temporários poderão realizar cursos de especialização que sejam vinculados ao seu posto, quadro e cargo ou função para o qual foram convocados e somente após a conclusão com aproveitamento, farão jus ao adicional de habilitação equivalente à titulação obtida.

16.23 Em caso de necessidade do serviço, para preencher cargos previstos deficitários, o Cadastro Reserva da 11ª Região Militar poderá ser disponibilizado a outras regiões militares.

16.23.1 Em caso de contratação por meio de Cadastro Reserva, conforme previsto no item anterior, o deslocamento do(a) candidato às outras regiões militares ocorrerá às suas expensas.

16.23.2 O chamamento para servir em região militar diversa da 11ª Região Militar, obedecerá o critério de classificação de pontuação geral da área, independente da guarnição.

16.23.3 Caso o(a) candidato(a) de maior pontuação na área não seja voluntário(a), será chamado(a) o(a) subsequente, obedecendo à ordem classificatória de pontuação.

16.23.4 O chamamento previsto no subitem 16.23.2 ocorrerá por meio de publicação no sítio 11ª Região Militar www.11rm.eb.mil.br.

16.24 Em caso de não preenchimento das vagas previstas neste Aviso de Convocação na incorporação que ocorrerá em 1º de fevereiro de 2023, será publicado no sítio da 11ª Região Militar www.11rm.eb.mil.br novo cronograma de atividades, com vistas ao preenchimento total das vagas.

16.24.1 Os(As) candidatos(as) não incorporados(as) em 1º fevereiro de 2023, serão convocados à incorporação até 1º de julho de 2023.

16.24.2 A efetiva incorporação nos casos previstos nos itens 16.24 e 16.24.1, poderá ocorrer até 1º de fevereiro de 2024.

16.25 A convocação à Incorporação, por meio de Cadastro Reserva no ano de 2023, estará sujeita às seguintes condições: abertura de vagas, limite orçamentário do Exército Brasileiro e interesse da Administração Pública.

16.26 Os(as) candidatos(as) deverão seguir as regras sanitárias vigentes do local onde ocorrerá a entrega de documentos, protocolização de recursos administrativos, realização da Inspeção de (Avs Convc SvTT Nº 04-SSMR/11, de 18 JULHO 2022 - OTT (T I) 2022/2023..... Pag 91/91)

Saúde, Inspeção de Saúde em Grau de Recurso, Exame de Aptidão Física, medidas administrativas e incorporação, como forma de evitar a proliferação da Covid-19.

16.27 É vedado aos(às) candidatos(as) vestir ou usar qualquer elemento de propaganda eleitoral nas dependências militares, bem como realizar qualquer tipo de manifestação política, utilizar de bandeiras, adesivos, inclusive nos veículos, distribuir de material de propaganda eleitoral nas datas previstas para a entrega dos currículos, da Inspeção de Saúde, da Inspeção de Saúde em Grau de Recurso e Exame de Aptidão Física.

16.28 Os casos omissos serão analisados pelo Comandante da 11ª Região Militar e resolvidos com base nas legislações vigentes.

DOCUMENTO ORIGINAL ASSINADO E ARQUIVADO NA SSMR/11

Gen Bda PAULO AFONSO BRUNO DE MELO

Comandante da 11ª Região Militar

RELAÇÃO DE ANEXOS:

ANEXO A – CRONOGRAMA INICIAL DE ATIVIDADES

ANEXO B – DECLARAÇÃO DE VOLUNTARIADO COM COMPROMISSO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO POR UM PERÍODO MÍNIMO DE 12 (DOZE) MESES

ANEXO C – DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO PRESTADO JUNTO ÀS FORÇAS ARMADAS ANTERIOR À INCORPORAÇÃO

ANEXO D – DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

ANEXO E – DECLARAÇÃO DE RESIDENTE EM MUNICÍPIO DIVERSO DA SEDE DA OM DE INCORPORAÇÃO

ANEXO F – DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

ANEXO G – DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

ANEXO H – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO IMPEDIMENTO PARA COMERCIAR OU TOMAR PARTE NA ADMINISTRAÇÃO OU GERÊNCIA DE SOCIEDADE PRIVADA, DELA SER SÓCIO OU PARTICIPAR

ANEXO I – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO DO ESTADO DE GRAVIDEZ

ANEXO J – PARECER FAVORÁVEL DO COMANDANTE, CHEFE OU DIRETOR DA OM EM QUE SERVE PARA PARTICIPAÇÃO EM PROCESSO SELETIVO AO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO

ANEXO K – REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

ANEXO L – FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

ANEXO M – PONTUAÇÃO GERAL DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO

ANEXO N – ÁREAS E HABILITAÇÕES TÉCNICAS DE INTERESSE PARA SELEÇÃO, POR GUARNIÇÃO

ANEXO O – DEFINIÇÃO DAS CERTIFICAÇÕES ACEITAS POR ÁREA DE ATUAÇÃO

ANEXO A**CRONOGRAMA INICIAL DE ATIVIDADES**

ETAPA I			
DATA		EVENTO	OBSERVAÇÃO
1.	18 JUL a 01 AGO 22	Divulgação do Processo Seletivo	Veiculação na internet www.11rm.eb.mil.br e na Rádio Verde-Oliva
2.	21 JUL a 01 AGO 22	Período de Inscrição	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM www.11rm.eb.mil.br
3.	21, 22 e 25 JUL 22	Período para entrada com pedido de isenção da taxa de inscrição	Entregue pessoalmente ou por meio de procurador legal no Protocolo Geral da guarnição/cidade para a qual o candidato está concorrendo, nas organizações militares (OM), nos endereços e horários detalhados neste Aviso de Seleção
4.	26 JUL 22	Resultado dos pedidos de isenção da taxa de inscrição	Por meio do sítio da 11ª RM www.11rm.eb.mil.br
5.	27, 28 e 29 JUL 22	Período para interposição de recurso para o candidato que teve o seu requerimento de isenção da taxa de inscrição indeferido	Entregue pessoalmente ou por meio de procurador legal no Protocolo Geral da guarnição/cidade para a qual o candidato está concorrendo, nas organizações militares (OM), nos endereços e horários detalhados neste Aviso de Seleção
6.	01 AGO 22	Divulgação do resultado dos recursos referentes aos pedidos	Por meio do sítio da 11ª RM www.11rm.eb.mil.br

		de isenção da taxa de inscrição indeferidos	
7.	03 AGO 22	Limite para pagamento da Taxa de Inscrição, inclusive para os candidatos que tiveram o pedido de isenção de taxa de inscrição indeferido	Nas agências do Banco do Brasil, via GRU gerada pelo sistema
8.	10 AGO 22	Divulgação das inscrições homologadas	Por meio do sítio da 11ª RM www.11rm.eb.mil.br
9.	11, 12 e 15 AGO 22	Período para interposição de recurso referente a inscrição não homologada	Entregue pessoalmente ou por meio de procurador legal no Protocolo Geral da guarnição/cidade para a qual o candidato está concorrendo, nas organizações militares (OM), nos endereços e horários detalhados neste Aviso de Seleção
10.	16 AGO 22	Divulgação do resultado da análise dos Recursos referentes às Inscrições não homologadas	Por meio do sítio da 11ª RM www.11rm.eb.mil.br
ETAPA II			
11.	18 AGO 22	Chamada para Validação da Avaliação Curricular	Por meio do sítio da 11ª RM www.11rm.eb.mil.br
12.	23 AGO a 22 SET 22	Período de apresentação da documentação para validação curricular pelos candidatos chamados para a Etapa II. Obs.: outros candidatos poderão ser eventualmente chamados, caso não haja número suficiente de candidatos com currículos	O candidato deverá entregar pessoalmente, ou por intermédio de procurador legal, munido de instrumento de procuração particular com firma reconhecida em cartório e com o fim específico para inscrição neste certame, os documentos
(Avs Convc SvTT Nº 04-SSMR/11, de 18 JULHO 2022 - OTT (T I) 2022/2023..... Pag 91/91)			

		validados dentre os chamados nesta Etapa	já relacionados no presente aviso de convocação em data, hora e local constantes da chamada para entrega de currículos a ser divulgada no sítio www.11rm.eb.mil.br
13.	29 SET 22	Divulgação do resultado da Validação da Avaliação Curricular	Por meio do sítio da 11ª RM www.11rm.eb.mil.br
14.	30 SET, 03 e 04 OUT 22	Entrada com pedido de Recurso da Validação da Avaliação Curricular	Entregue pessoalmente ou por meio de procurador legal no Protocolo Geral da guarnição/cidade para a qual o candidato está concorrendo, nas organizações militares (OM), nos endereços e horários detalhados neste Aviso de Seleção
15.	11 OUT 22	Divulgação do resultado da análise do pedido de Recurso da Validação Curricular	Por meio do sítio da 11ª RM www.11rm.eb.mil.br
ETAPA III			
16	13 OUT 22	Chamada para a Inspeção de Saúde (IS)	Por meio do sítio da 11ª RM www.11rm.eb.mil.br
17.	13 OUT 22	Chamada dos candidatos militares que pertençam ao Serviço Ativo do Exército para a entrega da Ata de Inspeção de Saúde para Permanência no Serviço Ativo(válida), conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 116 da Portaria nº046 –	Por meio do sítio da 11ª RM www.11rm.eb.mil.br

		DGP de 12 de março de 2012	
18.	14 OUT 22	Data de entrega da Ata de Inspeção de Saúde para Permanência no Serviço Ativo(válida), para os candidatos que já pertençam ao serviço ativo do Exército com parecer apto, bem como cópia do Boletim Interno da organização militar que publicou a referida ata, conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 116 da Portaria nº046 – DGP de 12 de março de 2012	O candidato deverá comparecer pessoalmente, em data, hora e local constantes da chamada para entrega da ata divulgada no sítio www.11rm.eb.mil.br portando a ata válida e cópia do Boletim da organização militar que publicou a referida ata; e Comparecer ao local da IS, trajando roupa de banho por baixo (sungas ou biquíni), a fim de permitir a adequada inspeção de saúde.
19.	18 OUT 22	Divulgação do resultado da análise das atas de Inspeção de Saúde dos candidatos que já pertençam ao serviço ativo do Exército; e Convocação para IS dos candidatos militares que tiveram a Ata de Inspeção de Saúde para Permanência no Serviço Ativo desconsiderada pela Junta de Inspeção de Saúde.	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM www.11rm.eb.mil.br
20.	28 OUT a 11 NOV 22	Período de apresentação dos candidatos selecionados para Inspeção de Saúde (IS)	– O candidato deverá comparecer pessoalmente, em data, hora e local constantes da

			chamada para IS divulgada no sítio www.11rm.eb.mil.br portando os exames e laudos relacionados previsto no Aviso de Convocação, todos datados de no máximo 01 (um) mês de antecedência do dia previsto para a IS; e Comparecer ao local da IS, trajando roupa de banho por baixo(sunga ou biquíni), a fim de permitir a adequada inspeção de saúde.
21.	11 NOV 22	Divulgação do resultado da IS	Por meio do sítio da 11ª RM www.11rm.eb.mil.br
22.	14,16 e 17 NOV 22	Prazo para entrada de Recursos e de pedidos de Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR)	Entregue pessoalmente ou por meio de procurador legal no Protocolo Geral da guarnição/cidade para a qual o candidato está concorrendo, nas organizações militares (OM), nos endereços e horários detalhados neste Aviso de Seleção
23.	21 NOV 22	Divulgação do resultado da análise do pedido de Recurso; e Chamada para a ISGR	Por meio do sítio da 11ª RM www.11rm.eb.mil.br
24.	06 a 09 DEZ 22	Realização da ISGR	Na JISR
25.	09 DEZ 22	Resultado da ISGR	Por meio do sítio da 11ª RM www.11rm.eb.mil.br
ETAPA IV			
26.	09 DEZ 22	Chamada dos candidatos	Pela página da 11ª RM

		selecionados para a ETAPA IV	www.11rm.eb.mil.br
27.	12 a 16 DEZ 22	Exame de Aptidão Física (EAF)	Nos locais designados pela CSE/SvTT na página da 11ª RM
28.	16 DEZ 22	Divulgação do resultado do EAF	Pela página da 11ª RM www.11rm.eb.mil.br
29.	19,20 e 21 DEZ 22	Entrada com pedido de Recurso quanto ao resultado do EAF	Entregue pessoalmente ou por meio de procurador legal no Protocolo-Geral da guarnição/cidade para a qual o candidato está concorrendo, nas organizações militares (OM), nos endereços e horários detalhados neste Aviso de Convocação.
30.	29 DEZ 22	Divulgação do resultado da análise do pedido de Recurso	Pela página da 11ª RM www.11rm.eb.mil.br
31.	18 JAN 23	Convocação à Incorporação	Por meio do endereço eletrônico da 11ª RM www.11rm.eb.mil.br
32.	25 a 31 JAN 23	Medidas administrativas O candidato militar ficará à disposição da OM formadora no turno matutino e à disposição da OM de origem, no turno vespertino.	Na OM responsável pela 1ª Fase do EST
33.	01 FEV 23	INCORPORAÇÃO E INÍCIO DA 1ª FASE DO ESTÁGIO DO SERVIÇO TÉCNICO (EST)	Na OM responsável pela 1ª Fase do EST
34.	01 AGO a 31 AGO 23	Prazo para os candidatos que não forem convocados retirarem os documentos	Na Seção do Serviço Militar Regional (SSMR/11)

	entregues para seleção	
--	------------------------	--

ANEXO B

**DECLARAÇÃO DE VOLUNTARIADO E COMPROMISSO PARA
PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO POR UM PERÍODO
MÍNIMO DE 12 (DOZE) MESES**

Ao Sr Comandante da 11ª Região Militar

1. Eu, _____ (nome completo), Idt nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos _____ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de _____ e de _____, residindo na cidade de _____ - _____, declaro que sou voluntário(a) para o Estágio do Serviço Técnico, pelo período de um ano, inicialmente na condição de Aspirante a Oficial, podendo alcançar o posto de 2º Tenente, caso cumpra os critérios previstos em legislação específica, na Guarnição Militar de _____, sujeitando-me, se for aceito(a), a todos os deveres e obrigações militares previstos na legislação em vigor, e conhecedor(a) de que poderei obter, dependendo da existência de vaga, do interesse do Exército, do meu desempenho profissional e de minha aptidão física, prorrogações anuais, não ultrapassando o período de noventa e seis meses, contado, para isso, todo o tempo que tenho de serviço público ou atingir o limite etário de 45 (quarenta e cinco) anos.

2. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos artigos 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e artigo 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar (CPM).

3. No caso de ser convocado(a), aceito servir em qualquer Organização Militar sediada na cidade de _____.

_____ - _____, ____/____/____

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO C

DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO ANTERIOR PRESTADO JUNTO ÀS FORÇAS ARMADAS ANTERIOR À INCORPORAÇÃO

1. Eu, _____ (nome completo), Idt nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos ____ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de _____ e de _____, declaro, sob as penas da lei, para fim de comprovação junto à 11ª Região Militar, que, até esta data, possuo _____ anos, _____ meses e _____ dias de tempo de serviço prestado junto às Forças Armadas, anterior à minha incorporação, que possa ser averbado na contagem total de meu tempo de serviço.

2. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos artigos 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e artigo 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar (CPM).

_____ - _____, ____/____/____

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO D

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

1. Eu, _____ (nome completo), Idt nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos ___ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de _____ e de _____, declaro, como candidato(a) no processo de seleção para o Estágio _____, na área da 11ª Região Militar, residir no endereço _____, cidade _____, UF _____, CEP _____, conforme comprovante juntado a esta declaração.

2. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos artigos 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e artigo 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar (CPM).

_____ - _____, ____/____/____

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO E

**DECLARAÇÃO DE RESIDENTE EM MUNICÍPIO DIVERSO DA SEDE DA OM DE
INCORPORAÇÃO**

Eu, _____ (nome completo), Idt nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos ____ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de _____ e de _____, declaro, como(a) candidato(a) no processo de seleção para o Estágio _____, na área da 11ª Região Militar, assumir inteira responsabilidade em mudar de residência, por conta própria, para a cidade de _____ – _____ (UF), caso venha a ser convocado(a), sem qualquer ônus para o Exército.

_____ - _____, ____/____/_____
CCidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO F

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

Eu, _____, residente na _____, possuidor da cédula de Identidade nº _____, declaro, sob as penas da Lei, para fins da administração militar, estar ciente dos artigos 311, 312 e 315 do Código Penal Militar, Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, e sob minha e total responsabilidade, de que todos os documentos apresentados, para efeito deste Aviso de Convocação, são autênticos.

_____ - _____, ____/____/____

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

**RECONHECER
FIRMA**

Código Penal Militar, Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969.

Artigo 311 – Falsificar, no todo ou em parte, documento público ou particular, ou alterar documento verdadeiro, desde que o fato atente contra a administração ou serviço militar – Pena sendo documento público, reclusão de dois a seis anos; sendo documento particular pena de até cinco anos, podendo ser agravada.

Artigo 312 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou adversa da que devia ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar – Pena reclusão, até cinco anos se o documento é público; até três anos se o documento é particular.

Artigo 315 – Fazer uso de qualquer dos documentos falsificados ou alterados por outrem, a que se referem os artigos anteriores – Pena cominada à falsificação ou a alteração.

ANEXO G

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

1. Eu, _____ (nome completo), Idt nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos ____ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de _____ e de _____, declaro, sob as penas da lei, para fim de comprovação junto à 11ª Região Militar, que não estarei, na data prevista para a minha incorporação ao Exército, caso esta ocorra, investido(a) em cargo público, seja ele da administração direta, indireta, autárquica ou fundacional de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios ou dos municípios, ressalvado cargo ou emprego privativo de profissional de saúde, dentro do limite previsto na alínea c) do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

2. Tenho plena ciência de que, caso, após incorporado(a) ao Exército Brasileiro, venha a exercer qualquer função pública acima especificada, simultaneamente à que ora pleiteio, em desacordo com o previsto na alínea c) do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal, serei licenciado(a) imediatamente das fileiras do Exército, por ferir o disposto no artigo 142, § 3º, inciso II da Constituição Federal.

3. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos artigos 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e artigo 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar (CPM).

_____ - _____, ____/____/____

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO H

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO IMPEDIMENTO PARA COMERCIALIZAR OU TOMAR PARTE NA ADMINISTRAÇÃO OU GERÊNCIA DE SOCIEDADE PRIVADA, DELA SER SÓCIO OU PARTICIPAR

1. Eu, _____ (nome completo), Idt nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos ____ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de _____ e de _____, estou ciente de que, após ser incorporado às fileiras do Exército, estou impedido de comercializar ou tomar parte na administração ou gerência de sociedade ou dela ser sócio ou participar, exceto como acionista ou quotista, em sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada, por força do previsto no artigo 29 do Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980.

_____ - _____, ____/____/____
Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO DO ESTADO DE GRAVIDEZ

Eu, _____ (nome completo), Idt nº _____, CPF nº _____, nascida aos ____ dias do mês de _____ de _____, filha de _____ e de _____, declaro, para efeito do processo de seleção ao Estágio _____, que fui alertada e tomei ciência de que:

a. o estado de gravidez não impossibilita a minha participação nesse processo, entretanto impede a incorporação para o estágio acima, em virtude dos riscos decorrentes do exame de aptidão física e das atividades militares a serem desenvolvidas, posteriormente, na prestação do Serviço Militar Temporário; e

b. sou responsável por comunicar, o mais rápido possível, e por escrito, o meu estado de gravidez à autoridade militar competente.

_____ - _____, ____/____/____

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO J

PARECER DO COMANDANTE DA ORGANIZAÇÃO MILITAR

1. Declaro, junto ao Comando da 11ª Região Militar, que o(a) _____ (posto/gradação) _____ (nome completo), Idt nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos _____ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de _____ e de _____, ocupa o cargo de _____ e não possui em seus assentamentos nada que desabone a sua conduta militar e que, por isso, possui parecer favorável deste Comando para participação no processo de seleção/20__ ao Estágio _____.

2. Em caso de incorporação, este (a) militar, prioritariamente, não deve retornar para servir nesta Organização Militar. Caso seja autorizado pelo Comando da 11ª Região Militar, em caráter excepcional, o seu retorno, o (a) militar não poderá voltar a ocupar a mesma carteira, nem desempenhar as mesmas atividades técnico-científicas que desempenhava no posto anterior.

3. Na semana que antecede à incorporação, este(a) militar cumprirá medidas administrativas na OM formadora, no turno matutino e nesta organização militar, no turno vespertino.

4. Insta ressaltar ainda que, devido à incompatibilidade de datas entre o resultado do Aviso e a convocação de outro militar, a vaga aberta em decorrência da incorporação desse(a) militar em posto superior somente será recompletada por meio do processo seletivo do ano seguinte.

_____ - _____, ____/____/____

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do Cmt/Ch/Dir OM)

Nome e posto do Cmt/Ch/Dir OM
(e carimbo da OM)

ANEXO K

REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Exmo Sr Comandante da 11ª Região Militar

OBJETO: isenção da taxa de inscrição

Sr Comandante

1. Eu _____, filho de _____ e _____, nascido na cidade de _____, em _____ (por extenso), identidade nº _____, expedida pelo _____, vem requerer a V. Exa. isenção da taxa de inscrição do processo seletivo para o Serviço Técnico Temporário no ano de 20____.

2. Declaro, sob as penas da lei, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos artigos 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e artigo 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar (CPM).

3. No caso de ser convocado(a), aceito servir em qualquer organização militar sediada na cidade de _____.

_____ - _____, ____/____/____

Cidade, UF, dia, mês e ano.

(Assinatura do(a) declarante)

Nome completo do(a) declarante

ANEXO M

PONTUAÇÃO GERAL DE ATUAÇÃO OTT DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Habilitação mínima exigida:	
Graduação em curso de Nível Superior numa das áreas de atuação previstas no Anexo "N"	
Títulos/Cursos/Estágios militares/publicações/Atividade Profissional//Certificações/Proficiência linguística	
1. Títulos	
a. Doutor. Pós-graduação Stricto Sensu (no máximo 1 título de Doutor)	
Diploma emitido por Instituição de Ensino Superior reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC	6,0
b. Mestre. Pós-graduação Stricto Sensu (no máximo 1 título de Mestre)	
Diploma emitido por Instituição de Ensino Superior reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC	4,0
c. Especialização/MBA (mínimo de 360 horas). Pós-graduação Lato Sensu (no máximo 1 título de Especialização/MBA realizada em instituição de ensino cadastrada no MEC e e-MEC)	
Diploma emitido por Instituição de Ensino Superior reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC	2,0
d. Graduação em curso de Nível Superior na área para a qual o (a) candidato(a) se inscreveu (no máximo 1 Diploma)	
Certificado emitido por Instituição de Ensino Superior reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC	3,0
2. Cursos	
a. Cursos de aperfeiçoamento (cursos com carga horária de, no mínimo, 120 horas	0,5

(máximo de 1 curso)	
b. Cursos com duração igual ou superior a 80 horas, na área de atuação a que concorre.	0,3
c. Cursos com duração igual ou superior a 40 horas, na área de atuação a que concorre.	0,2
3. Artigos Científicos	
Os artigos serão classificados de acordo com o Qualis vigente na data da publicação deste Aviso de Convocação, conforme descrito abaixo: O Qualis é o sistema utilizado pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), do Ministério da Educação, que avalia a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir de análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos.	
a. Artigo científico: classificação – Qualis A1 No máximo 1	1,00
b. Artigo científico: classificação – Qualis A2 (ou classificação superior) No máximo 1	0,9
c. Artigo científico: classificação – Qualis B1 (ou classificação superior) No máximo 1	0,8
d. Artigo científico: classificação – Qualis B2 ou classificação superior. No máximo 1	0,7
e. Artigo científico: classificação – Qualis B3 ou classificação superior No máximo 1	0,6
f. Artigo científico, classificado como Qualis C ou classificação superior No máximo 1	0,5
4. Livro	
(Avs Conv SvTT Nº 04-SSMR/11, de 18 JULHO 2022 - OTT (T I) 2022/2023..... Pag 91/91)	

- a. Livro (No máximo 1);
- b. A publicação deve integrar o Sistema de identificação numérica, conhecido como ISBN (International Standard Book Number); e
- c. O(a) candidato(a) não poderá pontuar cumulativamente como autor, coautor, organizador ou autor de capítulo, devendo escolher apenas uma das categorias para fins de pontuação.

Autor/Coautor/Organizador	1,0 ponto
---------------------------	-----------

Autor de capítulo	0,5 ponto
-------------------	-----------

5. Certificações de Informática

(no máximo 7)	0,5 por certificação
---------------	----------------------

6. Proficiência linguística (no máximo 1)

Somente será validado o certificado ou diploma de proficiência no idioma inglês a partir do nível intermediário: Cambridge English Preliminary (PET), Cambridge English First (FCE), Cambridge English Advanced (CAE), Cambridge English Proficiency (CPE), IELTS (pontuação mínima 4), TOEFL (pontuação mínima 60), TOEIC (pontuação mínima 550).	1,0 ponto
--	-----------

7. Exercício da atividade profissional e atividade de ensino no meio militar, como militar

O cálculo será feito por dia trabalhado, utilizando-se 03 (três) casas decimais.	0,007 ponto/dia trabalhado
--	----------------------------

8. Exercício da atividade profissional e atividade de ensino no meio Civil

O cálculo será feito por dia trabalhado, utilizando-se 03 (três) casas decimais.	0,006 para cada dia trabalhado
--	--------------------------------

ANEXO N

ÁREAS DE ATUAÇÃO E HABILITAÇÕES TÉCNICAS DE INTERESSE DO EXÉRCITO

Para o Estágio de Serviço Técnico (EST), poderão cadastrar-se militares temporários(as) da ativa (praças), reservistas de 1ª e 2ª categorias, cidadãos dispensados de prestar o Serviço Militar Inicial (possuidores de Certificado de Dispensa de Incorporação – CDI) e mulheres, todos(as) voluntários(as), possuidores(as) dos cursos de ensino superior de Bacharel, na área abaixo descrita:

GUARNIÇÃO	ESPECIALIDADE	CURSO DE NÍVEL SUPERIOR OBRIGATÓRIO	PÓS-GRADUAÇÃO DESEJÁVEL	Nº DE VAGAS + CADASTRO RESERVA
Brasília – DF	Administração de Banco de Dados	- Informática (Bacharelado/licenciatura)	-	1 + CR
		- Ciências da Computação (Bacharelado/Licenciatura)		
		- Computação (Bacharelado/Licenciatura)		
		- Engenharia da Computação(Bacharelado)		
		- Engenharia de Software (Bacharelado)		
		- Sistemas da Informação (Bacharelado)		
		- Análise de Desenvolvimento de Sistemas (Tecnólogo)		
		- Banco de Dados (Tec-		

		nólogo)		
		- Sistemas para Internet (Tecnólogo)		
	Análise de Sistemas	- Informática (Licenciatura ou Bacharelado)	-	1 + CR
		- Ciências da Computação (Bacharelado ou Licenciatura)		
		- Computação (Licenciatura ou Bacharelado)		
Brasília – DF	Análise de Sistemas	- Engenharia da Computação (Bacharelado)	-	1 + CR
		- Engenharia de Software (Bacharelado)		
		- Sistemas da Informação (Bacharelado)		
		- Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Tecnólogo)		
		- Banco de Dados (Tecnólogo)		
		- Sistemas para Internet (Tecnólogo)		
Arquitetura JAVA	- Informática (Licenciatura ou Bacharelado)	-	1 + CR	
	- Ciências da Computação (Bacharelado ou Licenciatura)			

		- Computação (Licenciatura ou Bacharelado)		
		- Engenharia da Computação (Bacharelado)		
		- Engenharia de Software (Bacharelado)		
		- Sistemas da Informação (Bacharelado)		
		- Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Tecnólogo)		
		- Banco de Dados (Tecnólogo)		
		- Sistemas para Internet (Tecnólogo)		
	Desenvolvimento em C++	- Ciências da Computação (Bacharelado ou Licenciatura)	-	1 + CR
		- Computação (Licenciatura ou Bacharelado)		
		- Engenharia de Software (Bacharelado)		
		- Sistemas da Informação (Bacharelado)		
		- Análise e Desenvolvimento de Sistemas		

		(Tecnólogo)		
		- Banco de Dados (Tecnólogo)		
Brasília – DF	Desenvolvimento em Cobol	- Sistemas para Internet (Tecnólogo)	-	1 + CR
		- Informática (Licenciatura ou Bacharelado)		
		- Ciências da Computação (Bacharelado ou Licenciatura)		
		- Computação (Licenciatura ou Bacharelado)		
		- Engenharia da Computação (Bacharelado)		
		- Engenharia da Software (Bacharelado)		
		- Sistemas da Informação (Bacharelado)		
		- Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Tecnólogo)		
		- Banco de Dados (Tecnólogo)		
	- Sistemas para Internet (Tecnólogo)			
Desenvolvimento JAVA	- Informática (Licenciatura ou Bacharelado)	-	1 + CR	
	- Ciências da Compu-			

		tação (Bacharelado ou Licenciatura) - Computação (Licenciatura ou Bacharelado) - Engenharia da Computação (Bacharelado) - Engenharia da Software (Bacharelado) - Sistemas da Informação (Bacharelado) - Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Tecnólogo) - Banco de Dados (Tecnólogo) - Sistemas para Internet (Tecnólogo)		
	Desenvolvimento em PHP	- Informática (Licenciatura ou Bacharelado) - Ciências da Computação (Bacharelado ou Licenciatura) - Computação (Licenciatura ou Bacharelado) - Engenharia da Computação (Bacharelado) - Engenharia da	-	1 + CR

		<p>Software (Bacharelado)</p> <p>- Sistemas da Informação (Bacharelado)</p> <p>- Sistemas para Internet (Tecnólogo)</p> <p>- Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Tecnólogo)</p> <p>- Banco de Dados (Tecnólogo)</p>		
Brasília – DF	Gestão de Serviços de TI	<p>- Informática (Licenciatura ou Bacharelado)</p> <p>- Ciências da Computação (Bacharelado ou Licenciatura)</p> <p>- Computação (Licenciatura ou Bacharelado)</p> <p>- Engenharia da Computação (Bacharelado)</p> <p>- Engenharia Eletrônica (Bacharelado)</p> <p>- Engenharia de Telecomunicações (Bacharelado)</p> <p>- Sistemas da Informação (Bacharelado)</p> <p>- Análise e Desenvolvimento de Sistemas</p>	-	1 + CR

		(Tecnólogo)		
		- Gestão da Tecnologia da Informação (Tecnólogo)		
		- Redes de Telecomunicações (Tecnólogo)		
		- Sistemas para Internet (Tecnólogo)		
		- Sistemas de Telecomunicações (Tecnólogo)		
	Infraestrutura de Servidores	- Informática (Licenciatura ou Bacharelado)	Especialização em Mainframe	1 + CR
		- Ciências da Computação (Bacharelado ou Licenciatura)		
		- Computação (Licenciatura ou Bacharelado)		
		- Engenharia da Computação (Bacharelado)		
		- Engenharia Eletrônica (Bacharelado)		
		- Sistemas da Informação (Bacharelado)		
		- Redes de Computadores (Tecnólogo)		
	Telecomunicações	- Informática (Licenciatura ou Bacharelado)	-	1 + CR
		- Ciências da Compu-		

		tação (Bacharelado ou Licenciatura)		
		- Computação (Licenciatura ou Bacharelado)		
		- Engenharia da Computação (Bacharelado)		
		- Engenharia Eletrônica (Bacharelado)		
		- Engenharia de Telecomunicações (Bacharelado)		
		- Sistemas da Informação (Bacharelado)		
		- Gestão de Telecomunicações (Tecnólogo)		
		- Redes de Telecomunicações (Tecnólogo)		
		- Sistemas de Telecomunicações (Tecnólogo)		
		- Tecnologia em telemática (Tecnólogo)		
Araguari – MG	Administração de Banco de Dados	- Informática (Bacharelado/licenciatura) - Ciências da Computação (Bacharelado/Licenciatura) - Computação (Bacha-	-	1 + CR

		relado/Licenciatura)		
		Engenharia da Computação (Bacharelado)		
		Engenharia de Software (Bacharelado)		
		Sistemas da Informação (Bacharelado)		
		- Análise de Desenvolvimento de Sistemas (Tecnólogo)		
		- Banco de Dados (Tecnólogo)		
		- Sistemas para Internet (Tecnólogo)		

Observações:

- As áreas são definidas conforme a Portaria nº 171-DGP, de 8 de julho de 2009 (Áreas e Habilitações Técnicas de Interesse/atuação do Exército Destinadas a Oficiais e Sargentos do Serviço Técnico Temporário – SvTT) e
- Para os(as) candidatos(as) a cargos que exigem qualificação regulamentada por lei, é obrigatório, o Registro no respectivo órgão ou ordem de profissionais, se houver.
- Quando houver a necessidade de comprovação do registro profissional junto ao conselho de profissionais, será obrigatória a comprovação de regularidade junto ao respectivo conselho profissional ou Ordem (quando houver), em condição de legitimidade para o exercício da profissão, incluindo a correspondente habilitação ao exercício da profissão na especialidade a que concorrer, a fim de impedir a incorporação de profissional que esteja com a sua habilitação suspensa ou cassada, com reprodução/cópia autenticada em cartório.
- Serão obrigatórios no ato da incorporação, comprovar inscrição e regularidade junto ao órgão de classe do respectivo Estado/Distrito Federal, onde ocorrerá a incorporação.
- O Cadastro de Reserva não garante a incorporação e estará sujeito às seguintes condições:

- a) abertura/disponibilidade de vagas;
- b) limite orçamentário do Exército Brasileiro e
- c) interesse da Administração Pública.

ANEXO O

DEFINIÇÃO DAS CERTIFICAÇÕES ACEITAS POR ÁREA DE ATUAÇÃO

Área de Atuação	Certificações Previstas
Administração de Banco de Dados	<ul style="list-style-type: none">- Microsoft Certified Solutions Associate- MCSA SQL Server- Microsoft Technology Associate- MCP SQL Server - Microsoft Certified Solutions Expert- MCSE SQL Server- MySQL Database Administrator- Oracle Database Administrator Certified Associated- OCA - Oracle Database Administrator Certified Professional- OCP - Oracle Database Administrator Certified Master- OCM - Oracle Certified Expert- OCE - Oracle Database SQL- Oracle Database PL/SQL
Análise de Sistemas	<ul style="list-style-type: none">- EXIN BCS Business Analysis Foundation- EXIN DevopsFoudation- EXIN Devops Master- EXIN Devops Professional- IBM Certified Solution Designer - Object Oriented Analysis and Design- IBM Certified SOA Associate- IBM Rational Unified Process- ISTQB Foundation Agile Tester Extension- ISTQB Tester Foundation Level – CTFL- IREB Certified Professional for Requirements Engineering – CPRE- PMI Agile Certified Practitioner – ACP- PMI Professional in Business Analysis- PBA- PMI Project Management Professional – PMP- PRINCE2® Foundation Certificate in Project Management

	<ul style="list-style-type: none"> - SCRUM Professional Scrum Master I – PSM I - SCRUM Professional Scrum Master II – PSM II
Arquitetura Java	<ul style="list-style-type: none"> - EXIN DevopsFoudation - EXIN Devops Master - EXIN Devops Professional - Oracle Certified Expert Java EE 6 Enterprise JavaBeans Developer - - Oracle Certified Expert Java EE 6 Java Persistence API Developer - - Oracle Certified Expert Java EE 6 JavaServer Faces Developer - Oracle Certified Expert Java EE 6 Web Component Developer - Oracle Certified Expert Java EE 6 Web Services Developer - Oracle Certified Master Java EE 6 Enterprise Architect - PMI Agile Certified Practitioner – ACP - PMI Project Management Professional – PMP - PRINCE2® Foundation Certificate in Project Management - SCRUM Professional Scrum Master I – PSM I - SCRUM Professional Scrum Master II – PSM II
Desenvolvimento JAVA	<ul style="list-style-type: none"> - EXIN DevopsFoudation - EXIN Devops Master - EXIN Devops Professional - PMI Agile Certified Practitioner – ACP - PMI Project Management Professional – PMP - PRINCE2® Foundation Certificate in Project Management - Oracle Certified Associate Java SE 7 Programmer - Oracle Certified Expert Java EE 6 Enterprise JavaBeans Developer - - Oracle Certified Expert Java EE 6 Java Persistence API Developer - - Oracle Certified Expert Java EE 6 JavaServer Faces Developer - Oracle Certified Expert Java EE 6 Web Component Developer - Oracle Certified Expert Java EE 6 Web Services Developer - Oracle Certified Master Java EE 6 Enterprise Architect - Oracle Certified Professional Java SE 7 Programmer - SCRUM Professional Scrum Master I – PSM I - SCRUM Professional Scrum Master II – PSM II

Desenvolvimento em C++	<ul style="list-style-type: none"> - C++ Institute Programmer Certification - CPA
Desenvolvimento em Cobol	<ul style="list-style-type: none"> - EXIN Devops Foudation - EXIN Devops Master - EXIN Devops Professional
Desenvolvimento em PHP	<ul style="list-style-type: none"> - EXIN DevopsFoudation - EXIN Devops Master - EXIN Devops Professional - PMI Agile Certified Practitioner – ACP - PMI Project Management Professional – PMP - PRINCE2® Foundation Certificate in Project Management - SCRUM Professional Scrum Master I – PSM I - SCRUM Professional Scrum Master II – PSM II - Zend Certified PHP Engineer 5.5
Gestão de Serviços de TI	<ul style="list-style-type: none"> - COBIT Assessor - COBIT Foudation - COBIT Implemetation - ISO/IEC 20000 Associate - ISO/IEC 20000 Auditor - ISO/IEC 20000 Consultant/Manager - ISO/IEC 20000 Foundation - - ISO/IEC 20000 Specialist PMP, PMI - - ITIL Foundations - ITIL Expert - ITIL Master - ITIL Practitioner
Infraestrutura de Servidores – (desejável) Mainframe	<ul style="list-style-type: none"> - Bacula Backup Software Certified Administrator - Brocade Ethernet Fabric Foundations - Cisco Certified Network Associate – CCNA - Cisco Certified Network Professional – CCNP - Cisco Certified Internetwork Expert – CCIE

	<ul style="list-style-type: none"> - Check Point Certified Security Administrator – CCSA - Check Point Certified Security Expert – CCSE - Check Point Managed Security Expert – CCMSE - Check Point Certified Security Master - CCSM - CompTIA Linux+ - CompTIA Network+ - CompTIA Security+ - F5 Certified BIG-IP Administrator - F5 Certified Technology Specialists - F5 Certified Solution Expert - ITIL Foundations v3 - Linux Junior Level Certification – LPIC-1 - Linux Advanced Level Certification – LPIC-2 - Linux Senior Level Certification – LPIC-3 - Red Hat Certified System Administrator – RHCSA - Red Hat Certified Engineer – RHCE - Red Hat Certified Architect – RHCA - Red Hat Certified JBOss Administrator – RHCJA - VMWare Certified Advanced Professional – VCAP - VMware Certified Associate – VCA - VMware Certified Professional – VCP e VCP 5 - VMware Certified Design Expert – VCDX
Telecomunicações	<ul style="list-style-type: none"> - Cisco Certified Entry Networking Technician – CCENT - Elastix Certified Engineer Telefonia, VoIP e Elastix – ECE - Furukawa Data Cabling System – DCS - Furukawa Certified Professional - FCP - Furukawa Certified Professional Fiber - FCPF - Furukawa Certified Professional Master – FCPM - Huawei IP Data Communication – HCDA - Huawei Radio Access LTE – HCNA LTE - Registered Communications Distribution Designer - RCDD